

FERDINANDO GALIANI

DA MOEDA

(1751)




SEGESTA

MUSA
EDITORA



Ler os Clássicos

VOLUME 7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Galiani, Ferdinando, 1728-1787.

Da moeda / Ferdinando Galiani ; [tradução
Marzia Terenzi Vicentini]. — São Paulo : Musa
Editora ; Curitiba : Segesta, 2000.

Título original : Della moneta.

Bibliografia.

ISBN 85-85653-42-6

1. Moeda I. Título.

00-0589

CDD-332.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Moeda : Economia 332.4

FERDINANDO GALIANI

DA MOEDA

(1751)

Tradução de
Marzia Terenzi Vicentini



SEGESTA
EDITORA

MUSA

EDITORA

Titulo original: *Della moneta*, de Ferdinando Galiani

© da tradução *Marzia Terenzi Vicentini*, 1999

Capa: *Daniela Vicentini e Fabio Noronha*, sobre obra de *Caravaggio* A Vocação de São Matheus, detalhe.

Revisão: *Gerson Carvalho*

Editoração eletrônica: *Eiko Luciana Matsuzawa*

Fotolito: *Polis Bureau*

Todos os direitos reservados.

MUSA
EDITORA

Rua Cardoso de Almeida, 2025
01251-001 São Paulo SP
Telefax: (0XX11) 3871 5580
(0XX11) 3862 2586
e-mail: musaeditora@uol.com.br
site: www.editoras.com/musa

SEGESTA
EDITORA

Al. Princesa Isabel, 256 ap. 24
80410-110 Curitiba, PR
Telefone: (0XX41) 233 8783
e-mail: segesta@uol.com.br

Impresso no Brasil • 2000 • (1ª ed.)

Sumário

INTRODUÇÃO	25
FERDINANDO GALIANI. NOTAS BIOGRÁFICAS	29
NOTA DO TRADUTOR	33
AS EDIÇÕES DE DELLA MONETA	35
ADVERTÊNCIA DO EDITOR	37
AO SERENÍSSIMO E CLEMENTÍSSIMO REI CARLOS, REI DE NÁPOLES, DA SICÍLIA E DE JERUSALÉM, INFANTE DA ESPANHA, ETC. ETC.	45
PROÊMIO	47
LIVRO I DOS METAIS	
Introdução	53
CAPÍTULO I	
<i>Da descoberta do ouro e da prata e o comércio que se fez com eles. Como e quando se começou a usá-los como moeda. Narração do aumento e da diminuição da quantidade da moeda. A situação atual</i>	
Descoberta dos metais	56
O primeiro uso	57
Primeiro comércio de metais na Ásia e na Europa	58
Origem da moeda	59
Primeiras informações sobre a moeda cunhada	61
Situação dos metais preciosos e da moeda depois de Alexandre	62
Situação da moeda em Roma	63

Situação dos séculos bárbaros	63
Descobrimto das Índias e conseqüências para os metais	64
Escassez de metais na Índia antiga	65
Atual circulação dos metais preciosos	67
Efeitos que produz a quantidade dos metais quando diminui o trabalho nas minas	67
Equilíbrio no qual se mantém naturalmente o valor dos metais preciosos...	69
Reflexão sobre o valor das moedas antigas	69

CAPÍTULO II

Exposição dos princípios de onde nasce o valor de todas as coisas. Da utilidade e variedade, princípios estáveis do valor. Resposta a muitas objeções

Variedade de opiniões acerca do valor natural dos metais	71
Concepção de Aristóteles	72
Definição do valor	73
Diferenças de valor, conseqüência de tal definição	74
Elementos que compõem o valor	74
Verdadeira definição de utilidade	74
Quais são as coisas mais úteis no entendimento dos homens	76
Paixão dos homens pelo luxo	77
Paixão das mulheres pela beleza e como isso é razoável	77
Adornos das crianças	78
Responde-se à objeção comum a respeito da inutilidade de muitas coisas a que se confere valor	78
Por que as coisas mais úteis não são as de maior valor	80
Inoportuno desprezo dos filósofos	80
O que é raridade e os princípios que a regem	82
A quantidade	82
O trabalho	83
Cálculo do trabalho	83
O tempo. Qual é avaliado como necessário, qual não	84
Variação de preço da atividade humana e de onde ela deriva	85
Outras reflexões sobre o mesmo assunto	85
Responde-se a todas as objeções	86
Conclusão do que foi dito	87

Reflexões sobre a moda e o seu poder	88
O valor das coisas únicas	88
Dificuldade do cálculo do preço <i>a priori</i>	89
Concatenação entre o preço e o consumo, e como dependem reciprocamente um do outro	89
Como o consumo encarece o preço, e como o preço alto diminui o consumo....	90
De onde nasce a variação, dada essa concatenação	91
Explica-se como o consumo está concatenado ao preço e o preço ao consumo...	91

CAPÍTULO III

Demonstra-se que os metais têm valor muito mais pelo uso a que se prestam como metais do que como moeda. Dois cálculos que confirmam essa verdade

Dificuldade de conhecer o preço justo das coisas. Superação dessa dificuldade pela coletividade	93
Demonstra-se que o valor dos metais não nasce primeiramente de sua utilização como moeda	94
Cálculo da prata existente em Nápoles	95
Reflexão sobre os cálculos políticos e a sua inexatidão	97
Conclusões do cálculo feito antes	98
Menção a outro cálculo mais abrangente e, portanto, menos seguro.....	99
Conclusão do que se expôs até agora	101

CAPÍTULO IV

Por que os metais são necessários para a moeda. Definição de moeda. Propriedades dos metais necessárias para a moeda. Conclusão

As grandes instituições não são obra dos homens.....	102
A moeda não foi instituída pelo consenso universal	103
Demonstra-se a conexão que existe entre a moeda e os metais	104
Definições da moeda.....	104
Definição da moeda como medida dos preços das coisas	104
Outra definição da moeda como equivalente de todas as coisas	105
Propriedades dos metais relativas à sua aptidão para servir de moeda. O seu peso....	105
Muitas propriedades dos metais preciosos não têm valor algum no uso como moeda, ao contrário do que afirmam certos escritores.....	107

Sumário

A sua composição	107
Imutabilidade	107
Solução química	108
Pureza	108
Maleabilidade extraordinária	109
Essas propriedades diminuem e não aumentam os preços dos metais.....	110
Propriedades exigidas para que uma coisa possa servir de moeda.....	110
Propriedades que deve ter uma coisa para ser aceita universalmente.....	111
Gêneros que não podem servir de moeda	111
Os metais têm as propriedades certas para servir de moeda	112
Continuação do mesmo tema	114
Verdadeiro efeito da alquimia, mesmo que tivesse êxito.....	115
Conclusão de quanto foi dito	116

LIVRO II DA NATUREZA DA MOEDA

Introdução	121
------------------	-----

CAPÍTULO I

Demonstração da natureza da moeda e da sua utilidade

Necessidade do comércio entre os homens e sua definição	123
Idéia de uma república em que se vive uma vida em comum, que, de todas as formas de comércio, é a mais perfeita.....	124
Remédio para os vários inconvenientes	125
Nossa condição atual é a da vida em comum em que os inconvenientes são todos remediados pela moeda	126
O que são os tributos	127
Conclusão	128

CAPÍTULO II

I. Da Natureza da moeda como medida comum dos preços. Das moedas imaginárias e de cálculo

O que é a moeda ideal	129
-----------------------------	-----

Princípios que devem ser estabelecidos a respeito da variação dos preços causada pela alteração da medida, ou seja, do dinheiro	130
A variação da medida comum dos preços é um inconveniente inevitável....	131
A moeda imaginária não é uma medida mais estável do que a moeda real....	132
O que é uma medida invariável	134
Essa medida estável talvez seja o homem	135
Razões dessa concepção	135
As moedas de cálculo. É inútil fixar o cálculo mediante o uso exclusivo de determinadas moedas	136
Confirmação disso com o exemplo da França	137
Considerações sobre a primeira objeção do Supremo Tribunal das Moedas em Blois	137
Considerações sobre a segunda.....	138
Considerações sobre a terceira	138
Edito de Henrique IV	139
Razões desse edito	140
Se é verdade que o grande valor da moeda de cálculo seja indicio das riquezas do povo que a usa	140
Considerações a respeito das falsas queixas devidas ao desconhecimento da alteração do valor intrínseco dos metais	141
Falsas queixas de escassez em época de prosperidade e de bom governo..	142
Continuação do mesmo tema.....	143
A freqüente tolice de elogiar um país, por ter víveres baratos	143
O maior valor das mercadorias é sinal de bom governo	144
Por que o preço alto é chamado de escassez	144
Diferença entre o aumento dos preços devido às calamidades e o que se deve à prosperidade	144
Explicação de dois fatos estranhos, ocorridos em nosso reino.....	145
Conclusão	146
Erro em acreditar que os impostos aumentaram em comparação aos séculos passados	146
 <i>II. Digressões sobre os impostos, sua natureza e por que, às vezes, eles são prejudiciais</i>	
Em que consiste o mal dos impostos	148
Mau uso dos impostos	149

Causas e sinais do declínio de um país	150
O primeiro sinal do declínio de um país, que é a subida dos preços, é semelhante ao da prosperidade	151

CAPÍTULO III

Da moeda de cobre, de prata e de ouro

Utilidade de vários metais de diferente valor	153
Considerações sobre as nossas moedas de cobre	154
O cobre é a moeda mais útil	154
A primeira utilidade do cobre	154
Segunda utilidade	155
Se seria útil por isso que a moeda de cobre fosse moeda numerária.....	156
Demonstração da inutilidade disso. Primeira suposição	156
Segunda suposição	157
Inutilidade de fixar a moeda de cobre para o cálculo	158
Não há vantagem no fato de o cobre não estar sujeito a aumentos de valor.....	158
Não é verdade que o cobre não esteja sujeito a aumentos e reduções de valor....	158
Situação atual da nossa moeda de cobre	159
Por que a moeda de cobre continuava a circular mesmo que bastante gasta e falida	159
O que deveria ser feito para melhorar a nossa moeda de cobre	160
Por que é vantajoso dar à nova moeda de cobre um valor um pouco maior do que o intrínseco	161
Valor intrínseco das moedas de cobre	162
Tal valor extrínseco maior que o intrínseco não é causa de prejuízo.....	163
Por que é preciso cunhar a nova moeda um pouco de cada vez	163
Situação atual da nossa moeda de prata	164
Falsidade de uma opinião corrente	165
Situação da moeda de ouro e como ele deve ser tratado	166
Por que nas coisas do Estado os melhoramentos são tão demorados.....	166

CAPÍTULO IV

Da justa avaliação dos metais preciosos e da moeda. De quanto é mais prejudicial estimá-los acima do que abaixo de seu valor. A verdadeira riqueza é o homem

O número de pessoas que estimam os metais preciosos acima do seu justo valor é maior que o daquelas que os subestimam	168
---	-----

Falsos elogios ao ouro e à prata	169
Definição de riqueza	169
A riqueza é sempre uma relação entre pessoas e coisas	169
É falsa a conclusão de que os metais são totalmente inúteis	170
É uma falsa segurança guardar ouro e prata em grande quantidade.....	171
Ao longo de toda a história as riquezas sempre causaram a derrota de quem combatia contra uma nação mais pobre	171
A mesma coisa ocorreu nos séculos mais recentes	172
Razões disso	173
Não é a moeda a verdadeira riqueza de um país. A verdadeira riqueza é o homem.....	174
Excelência e utilidade do homem para outro homem	174
Elogio do governo chinês	175
De que forma e de que modos se pode aumentar a população	175

CAPÍTULO V

Da cunhagem

Etimologia e natureza da palavra cunho	178
Quanto deve custar a cunhagem	179
Opiniões de Davanzati a respeito da cunhagem	180
Exame dessas opiniões	181
Defeitos da moeda da Inglaterra descobertos por Locke	182

CAPÍTULO VI

Da liga

Desordem das moedas italianas nos séculos bárbaros.....	186
Reflexões sobre a moeda <i>infortiata</i>	188
Não é a liga que torna más as moedas	188
Reflexões sobre o <i>billon</i> e sua utilidade	189
Por que se introduziu a moeda de <i>billon</i> dita <i>nigellorum</i>	191
Permanecer no país não é uma boa propriedade da moeda de baixo valor ...	192

LIVRO III DO VALOR DA MOEDA

Introdução	195
------------------	-----

CAPÍTULO I

Da relação de valor entre os três metais para a moeda

O valor é uma relação.....	197
Por que o valor dos metais é considerado fixo	198
Efeito da falsa relação de valor prescrita por força de lei	198
Aplicação e explicação através de exemplos do que foi dito antes.....	199
Estabelecer essa relação de valor por lei é inútil	200
As três maneiras que nós usamos para determinar os preços das coisas	201
Preço de boca usado no Reino e a sua utilidade	202
Aplicação do que foi dito à moeda	203
À moeda deveria ser dado um valor não coativo	204
Não há vergonha nisso	204
Por que não se tem feito dessa forma	205
História da relação de valor entre o ouro e a prata	206

CAPÍTULO II

Da desproporção de valor entre as moedas de um metal e as de um outro, e entre as moedas de um mesmo metal

Divisão das partes.....	210
Da alteração da relação de valor que ocorre por causas naturais	211
Efeitos do desgaste	211
Inutilidade da moeda de <i>billon</i>	211
Remédios reais contra o desgaste	213
Dos outros tipos de alteração da relação de valor	213
Dos prejuízos que os particulares causam às moedas. Várias falsificações.....	214
Cerceadura	214
Remédio para isso	215
Efeitos do mal	216
Os remédios	216
Princípios fundamentais em torno disso	217

Primeira maneira de retirar a moeda má.....	218
Erro do conde de Lemos.....	218
Segunda maneira.....	219
Outro erro de Zapata.....	221
Os danos que os povos estrangeiros causam às moedas e os remédios para isso.....	221
De onde se deve deduzir a despesa da restauração das moedas.....	222
Das intervenções dos príncipes sobre as moedas.....	223
Máximas fundamentais.....	223
Remédios à desproporção das moedas que há num país.....	225
Situação atual das moedas em Roma e as causas.....	226
Considerações acerca das operações feitas nas nossas moedas de ouro.....	226
Considerações sobre as moedas de prata.....	227
Exame do parecer de Vergara.....	228

CAPÍTULO III

I. Do aumento do valor da moeda, ou seja, da alteração da relação de valor entre toda a moeda e os preços das mercadorias

Discordância de opiniões quanto ao aumento do valor da moeda.....	230
Definição do aumento do valor da moeda.....	231
Natureza do aumento do valor.....	232

II. Falsas vantagens do aumento do valor da moeda que são prometidas aos príncipes e aos povos

O aumento do valor da moeda não multiplica as riquezas do príncipe.....	233
Mas diminui a sua despesa sem muito alarde.....	234
Nem enriquece os povos.....	234

III. Falsos danos que se diz advirem ao príncipe pelo aumento do valor da moeda

Da utilidade e do dano deve-se sempre falar de modo relativo.....	234
Em muitos sentidos é um erro dizer que o aumento do valor da moeda causa sempre prejuízo ao príncipe.....	235
A redução dos tributos nem sempre é um dano.....	236
As rendas públicas nem sempre diminuem com o aumento do valor da moeda.....	237
Os povos não empobrecem com tal aumento.....	238

Conseqüências naturais do aumento do valor da moeda	239
A despesa do príncipe não cresce logo depois do aumento do valor da moeda..	241
O aumento do valor da moeda não deve ser proibido pelo fato de ser contrário à natureza.....	242
Não é injusto	242
Primeira razão	243
Segunda razão	244
Tirar de um súdito e não de outro nem sempre é tirania	244
As operações feitas por necessidade não lesam a confiança	245
Não há necessidade de falar sobre o aumento quando é efetuado sem razão.....	245

IV. Falsos danos para o povo

O aumento do valor da moeda não é um imposto; e mesmo se o fosse, nem sempre seria condenável por isso	246
O aumento do valor da moeda não empobrece o Estado	247
O encarecimento das mercadorias locais não é um dano	247
O encarecimento das mercadorias estrangeiras é uma vantagem	247
O comércio não se interrompe	248

V. Os verdadeiros danos que produz um aumento do valor da moeda

Quando o aumento do valor da moeda é nocivo. Primeiro erro de Melon ..	248
Segundo erro de Melon	250
Problema de Melon e sua solução	250

VI. Verdadeiras utilidades do aumento do valor da moeda

Três grandes utilidades do aumento do valor da moeda	252
Primeira utilidade: suprir às necessidades	252
Segunda utilidade: diminuir as despesas	252
Terceira utilidade: pagar as dívidas	253
Falsos raciocínios do abade de Saint-Pierre	253
Causa do equívoco	254
Por que convém favorecer os devedores	255
Conveniência de o príncipe não ter dívidas	255

Se alguma vez convém ao príncipe declarar falência	256
São três as maneiras de efetuar o aumento do valor da moeda	256
A primeira maneira é ruim	256
A segunda maneira foi usada na França	257
A terceira maneira pode ser usada em poucos principados	257
Origem da aversão do povo pelas alterações das moedas	258
Forma de governo nos tempos bárbaros	258
Causa do abuso cometido pelos soberanos na cunhagem da moeda.....	259

CAPÍTULO IV

Considerações a respeito dos acontecimentos de 1718 na França, ocasionados por uma nova cunhagem de moeda, com aumento do seu valor

Situação da França em 1718	260
Propõe-se um aumento do valor da moeda	261
Oposição do Parlamento	261
Exame da primeira razão do Parlamento contra o aumento do valor da moeda	262
Exame da segunda razão	263
Exame da conclusão do discurso do Parlamento	263
Relato das contendas entre a Corte e o Parlamento	264
Resposta da Corte ao discurso anterior	264
Queixa da Câmara de Subsídios	266
Resposta que tal discurso teria merecido	266
De onde nascia o erro do Parlamento e das outras Cortes	267
O que se seguiu ao aumento do valor da moeda	267

LIVRO IV DA CIRCULAÇÃO DA MOEDA

Introdução	271
------------------	-----

CAPÍTULO I

Da circulação da moeda

Em que circunstâncias a circulação da moeda é útil e real	273
Cálculo da quantidade de dinheiro necessária num reino, feito por Locke...274	

Quanto dinheiro há no Reino de Nápoles	276
Examina-se se é suficiente para o comércio	276
Cálculo do valor dos produtos de todo o Reino de Nápoles	277
Conclusão desse cálculo	278
Prejuízos decorrentes de uma circulação ruim e descontínua	279
Prejuízo para a agricultura e as artes	279
Opressão dos pobres	279
Ruína das propriedades agrícolas	280
Origem das usuras	280
Origem da variedade dos juros	280
Prejuízos que advém da estagnação da moeda	281
Remédios para uma circulação reduzida	282
Os pagamentos pequenos e próximos	282
As feiras e os mercados	282
O uso de contratos e pagamentos em mercadorias	283
A ordem certa na cobrança dos tributos	283
Origem da força dos principados antigos	283
Julgamentos rápidos e justos	284
Leis claras	284
Dano de um judiciário caviloso	284
Nossa condição atual	285
O imenso benefício de ter um príncipe próprio	285

II. Digressão sobre o luxo considerado de forma geral

Horror pelo luxo	286
Sua verdadeira natureza	286
Verdadeiros prejuízos do luxo	287
São irremediáveis, uma vez que são efeito da prosperidade	287
Exceções às coisas ditas acima	288

CAPÍTULO II

Do aumento da quantidade da moeda

Semelhança do erro dos políticos com o dos médicos	289
Falsa opinião de Muratori	290

Inutilidade do aumento da quantidade do dinheiro	290
É prejudicial comprar uma quantidade excessiva de metais preciosos	291
O dinheiro em demasia faz com que a população diminua	292
É prejudicial combater para conquistar minas	294
É um cuidado inútil fabricar nova moeda	294
A fabricação das moedas não produz abundância de dinheiro	296
A razão disso é que o dinheiro nem sempre permanece no lugar onde foi cunhado	297
Por que as guerras empobrecem um país	297
Por que se procura acumular dinheiro	297
Diferença dos principados como causa da diferença dos princípios	298
A circulação de moedas estrangeiras que pode ser permitida	298
Em todos os lugares pode-se deixar circular a moeda de ouro conforme o peso	299

CAPÍTULO III

I. Da proibição de exportar moeda

Em quase todos os Estados é proibido exportar a moeda	300
Essa proibição é inútil porque não é observada	300
Não se pode impedir que tal lei seja violada	301
Considerações a respeito de uma sanção em nosso reino	301
Todos os príncipes exportam do seu Estado grande quantidade de dinheiro	302
É prejudicial proibir a exportação quando ela é necessária, assim como é inútil quando não o é	303
A saída da moeda é efeito, não causa de calamidade	304
A exportação é, antes, um remédio contra as desgraças	305

II. Considerações a respeito do dinheiro empregado pelos cidadãos na compra de bens imóveis sob a jurisdição de outro príncipe

O dinheiro sai dos Estados também por prosperidade excessiva	305
Razões pelas quais isso ocorre mais nas repúblicas do que nas monarquias ...	306
Esse tipo de exportação não diminui o comércio	307
Guardar o dinheiro inútil não é vantajoso para uma república	307

Empregar dinheiro fora da república restringe a sua liberdade	308
E ainda assim não se deve proibir	309

CAPÍTULO IV

Das representações da moeda que têm circulação no comércio

Partes de que se compõem	310
Maneiras de representar a moeda	311
Moedas de necessidade, também ditas obsidionais	311
Moeda de papel usada na América	312
Como pôde manter-se uma tal moeda	313
Diferentes naturezas dos papéis obrigatórios	313
Origem dos bancos e sua natureza	313
Uso das gemas no Oriente	314
Por que não se usam mais os bancos mantidos por particulares.....	314
História dos bancos mais famosos	315
Funcionamento dos bancos de Veneza e de Amsterdã	316
Funcionamento e qualidade do <i>exchequer</i> de Londres	317
História do Banco e do sistema de Law na França	318
Utilidade do sistema	318
Como se foi formando o Banco e a Companhia do Mississipi	319
Abuso do sistema criado por Law	320
Considerações sobre o que já foi dito	321
Outras espécies de papéis obrigatórios originam-se das dívidas contraídas pelo príncipe	321
<i>Tontinas</i> , uma espécie de renda vitalícia	322
Origem das companhias	323
Considerações sobre as coisas do Reino de Nápoles	324
Erro do autor de <i>O espírito das leis</i>	324
Razão pela qual os nossos bancos se têm mantido	326
Excelência das suas normas	326
Razões do grande uso dos bancos entre nós	327
O que é, de fato, o comércio que sustenta as companhias	328
Erro em que se cai ao julgar a Holanda	328
Como se pode aumentar o comércio entre nós	329

LIVRO V DOS FRUTOS DA MOEDA

Introdução.....	333
CAPÍTULO I	
<i>Do juro e das usuras</i>	
Breve narração das controvérsias sobre a usura	334
De onde vem a dificuldade da questão	335
Falso juízo dos antigos a respeito da fortuna	336
O que são o câmbio e o juro	337
Origem dos erros de Brödersen	337
Equívoco de alguns teólogos em relação à explicação de algumas definições	338
Explicação da bula de Benedito XIV	339
Dois quesitos em que reside o nó da questão	340
Meios para tornar as usuras moderadas	340
Por que o fruto do dinheiro não pode ser fixado por lei	341
Nem pode ser modificado por lei	341
CAPÍTULO II	
<i>Das dívidas do Estado e da sua utilidade</i>	
Origem das dívidas públicas	343
Sua verdadeira natureza	343
Utilidade das dívidas públicas	344
Prejuízos das rendas sobre as dívidas públicas	345
O prejuízo maior das dívidas públicas deve-se à peculiar natureza dos credores	345
CAPÍTULO III	
<i>Do pagamento das dívidas e dos censos</i>	
Exame da questão a respeito da moeda com a qual se devem pagar as sommas estabelecidas	346
A devolução de um igual peso de metal nem sempre é o equivalente	347
Não é possível estipular em contratos a não submissão <i>facto principis</i>	347

CAPÍTULO IV

Do câmbio e do ágio

Câmbio natural	349
Câmbio mercantil	350
Explicação da natureza do câmbio	350
Qual utilidade pode advir da observação das mudanças do câmbio.....	352
Do ágio e de sua natureza	353
Conclusão da obra	353
NOTAS DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO (1780).....	355
ACRÉSCIMO ÀS NOTAS IX E XVIII.....	393
ENCERRAMENTO DA EDIÇÃO DE 1780	395
TÁBUA DAS MOEDAS MENCIONADAS	399
TÁBUA DOS PESOS E MEDIDAS MENCIONADOS	405
<i>Índice Onomástico</i>	407

INTRODUÇÃO

Precisamos, antes de mais nada, situar Galiani neste conjunto de idéias chamado de Economia Política. A Economia Política é um fenômeno científico europeu que ganha características mais precisas na Inglaterra e na França. É sobretudo na Inglaterra que ele se expressa em sua forma mais acabada. Não é por acaso que isso acontece, a Inglaterra é a nação mais desenvolvida no século XVIII. A revolução social, que imprime uma forma nova ao trabalho, se aprofunda neste país como em nenhum outro. É como expressão desta transformação social que surge uma ciência voltada para explicar as novas necessidades e para dar sustentação ideológica aos novos anseios políticos e sociais.

Galiani é italiano, mas nem por isso ele entende menos os reclamos da época que está surgindo, e que ele ajuda a definir e a se definir. Neste sentido, sua obra se situa plenamente, e com todo o direito, entre aqueles cujos escritos representam uma tomada de posição em favor das novas forças sociais, forças que organizam uma profunda transformação nos fundamentos mesmos da sociedade europeia. Por isso, Galiani faz jus a sua inclusão entre os economistas políticos, evidentemente com uma pitada de paixão pela causa que abraça que nem sempre se encontra nos fleumáticos ingleses.

Esta paixão pela humanidade, Galiani a manifesta de coração aberto. Tudo nesta obra é dito de um modo muito franco e sincero. Cada página traz uma surpreendente definição de moeda e dinheiro, que se o leitor tiver a paciência de catalogar, por certo se surpreenderá ao ver que este árido assunto, a moeda, nada tem de verdadeiramente misterioso. Ao contrário dos tratados contemporâneos, dos estudos acadêmicos sobre a moeda e o dinheiro, o livro de Galiani nos diz, com uma simplicidade ímpar, que a moeda é uma criação dos homens para benefício deles mesmos:

"Mas eu, não sendo afeito a admirar e seguir as opiniões de uma minoria, e acreditando que afastar-se da maioria nem sempre seja o caminho certo para a verdade, quis reexaminar se realmente a introdução da moeda é prejudicial, ou se, pelo contrário, ela constitui um aperfeiçoamento das instituições da sociedade civil que nos leva a viver bem".

O caráter polêmico que tomam as formulações da Economia Política dão à obra do abade Galiani um sabor todo especial. Galiani não só nos ensina qual é a natureza da moeda, mas faz a sua defesa apaixonada diante das invectivas contra uma suposta natureza maléfica contida nela:

"A moeda, portanto, que todos condenam como a origem de todos os males e a causa das más inclinações, continuou sempre a ser amada, e assim o será por todos os séculos".

A moeda tem na circulação o seu ponto de partida. É no comércio que ela tem a sua origem. Mas o que é o comércio? Galiani o define assim:

"[...] uma troca que os homens fazem entre si de seus trabalhos com vistas a suprir as necessidades comuns".

O que vemos nesta definição é que Galiani está tratando de entidades concretas e que a sua pesquisa, tendo a moeda como ponto de partida, nos leva a um conhecimento profundo da sociedade humana. Galiani não converte a moeda, ou o dinheiro, numa coisa, mas são os homens que ele coloca em primeiro lugar.

É evidente que, como representante da ciência que procurava expressar de uma maneira correta os anseios das forças emergentes, Galiani não fala de uma humanidade genérica, mas sim do "interesse pessoal" ou do "interesse privado" que, para ele, é uma força imbatível. O leitor se recordará daquela magistral definição que Adam Smith dará, mais tarde, deste que é o personagem central da Economia Política:

"Não é da boa vontade do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que depende o nosso jantar, mas do interesse deles. Nós nos dirigimos, não à humanidade deles, mas ao seu egoísmo, e nunca lhes falamos de nossas próprias necessidades, mas de suas vantagens".

Esta questão central da Economia Política é uma clara resposta à sociedade que tinha anulado no indivíduo toda e qualquer iniciativa e que tinha feito depender de uma intrincada anuência do poder político a mais mínima ação individual e coletiva. Apelar para a liberdade de ação do indivíduo era o mesmo que propor a derrubada dos entraves que imobiliza-

vam a ação movida pelo interesse privado, além de ter o sabor de uma declaração de “desobediência civil”. Na sua iniciativa estava, portanto, a força que se opunha à sociedade comandada ainda pela aristocracia. A ação individual funcionava, assim, como um dissolvente nas engrenagens emperradas do mundo aristocrático. Apelar para as virtudes, ou mesmo para os “vícios privados”, significava não acreditar mais que as instituições aristocráticas fossem capazes de organizar a vida em sociedade. O interesse “egoísta” se converte, então, em instrumento de reorganização social.

O homem é o objeto central das preocupações de Galiani. Por isso, tudo neste livro só encontra a sua explicação se referido ao homem. Vejamos a sua definição de riqueza:

“As riquezas de um país são as terras, as casas, o dinheiro. Os animais devem ser classificados entre os frutos da terra, pois são as únicas produções dos pastos. Quem produz e consome todas essas riquezas é o homem; é ele, portanto, que as transforma em riquezas. Por isso, não estranhem que eu considere o próprio homem como uma das riquezas; aliás como a única e verdadeira riqueza”.

Habituação com a aridez com que hoje são tratadas as matérias econômicas, o leitor talvez se surpreenda com a frequência com que Galiani insiste em pôr em evidência o ponto de partida e de chegada de todas as coisas, ou seja, os homens. O leitor não encontrará aqui nada que de longe se assemelhe ao economês de hoje em dia. Ao contrário disso, ele lerá *Da Moeda* com um prazer que somente a incessante descoberta é capaz de nos transmitir.

PEDRO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA

Historiador, ex-professor da Universidade Federal de São Carlos

FERDINANDO GALIANI. NOTAS BIOGRÁFICAS

O abade Ferdinando Galiani (1728-1787) é um dos grandes iluministas italianos que, pela originalidade e profundidade de sua obra, mais contribuiu para o desenvolvimento, na Itália, da ciência da Economia Política.

Nascido em Chieti, uma pequena cidade dos Abruzos, foi para Nápoles em 1736 para completar seus estudos, sob a proteção de seu tio, Celestino Galiani, então arcebispo e já famoso professor de teologia. Eram aqueles os anos em que, depois da reconquista da independência do Reino de Nápoles sob a dinastia dos Bourbons e diante da necessidade de transformação da miserável situação social a que o havia reduzido o poder retrógrado dos espanhóis, a capital vivia um momento de fecunda assimilação das novas doutrinas econômicas e dos revolucionários princípios jurídicos e políticos apresentados nas obras dos autores holandeses, ingleses e franceses que começavam a circular na Itália. É nesse clima, e em contato com os fautores mais fervorosos do progresso econômico, tais como Bartolomeo Intieri e Alessandro Rinuccini, que se formou o jovem Galiani. Assim, com apenas dezesseis anos, redigiu dois pequenos ensaios de caráter filosófico, *Sopra la morte di Socrate* [Sobre a morte de Sócrates] e *Sull'amor platónico* [Sobre o amor platônico], que refletiam as preocupações teóricas da Academia dos Êmulos da qual foi nomeado membro. Alguns anos depois escreveu o pequeno tratado *Sullo stato della moneta ai tempi della guerra troiana* [Sobre a situação da moeda nos tempos da guerra de Tróia], que já anunciava a orientação dos interesses para a área econômica e revelava o alto grau de erudição e cultura a que o jovem Galiani havia chegado. Iniciou, mas não terminou, a tradução da pequena

obra de Locke, *Considerations of the consequences of the lowering of the interest an raising the value of money* [Algumas considerações sobre as conseqüências da redução dos juros e do aumento do valor da moeda] e, em 1749, compôs uma sátira antiacadêmica, *Componimenti varii sulla morte di Domenico Jannacone boia della Grande Corte del Regno di Napoli, raccolti e pubblicati da Giannantonio Sergio, avvocato napoletano, dedicato da un pastore dell'Arcadia all' illustre Tirapiedi, fedele compagno del defunto* [Várias composições sobre a morte de Domenico Jannacone, carrasco da Grande Corte do Reino de Nápoles, reunidas e publicadas por Giannantonio Sergio, advogado napolitano, com a dedicatória de um pastor da Arcádia ao ilustre Puxapés, amigo fiel do defunto], em que já dava demonstrações do inato e irreverente senso de humor que o tornaria tão famoso.

Em 1751 saiu, anônima, a primeira edição do tratado *Della moneta* que ora traduzimos. O tratado suscitou, de imediato, grande admiração entre os contemporâneos. Com esta obra, Galiani chegou a conquistar a posição de maior relevo no amplo debate sobre a moeda que naquele anos se estava instaurando em toda a Itália, em conseqüência dos graves desconcertos financeiros decorrentes da Guerra de Secessão austríaca, e do qual participavam personalidades eminentes de todas as partes da península, tais como Giovannantonio Fabrini, Girolamo Belloni, Gianrinaldo Carli, Pompeo Neri, Giovanfrancesco Pagnini e Girolamo Costantini. Na realidade, a obra de Galiani, com sua revolucionária concepção da natureza e do valor da moeda e seu peculiar entendimento da relação entre problemas monetários e movimento da vida social-econômica, diferenciava-se fundamentalmente da linha seguida pela grande maioria desses economistas que, para fazer frente aos efeitos funestos da guerra, procuravam soluções numa política de estabilização monetária, de reformas e de reajustes fiscais. O aspecto mais clamoroso em que se manifestava aos seus contemporâneos a diferente direção teórica de Galiani era a defesa da tão mal-afamada e por todos combatida desvalorização da moeda, em casos de verdadeira necessidade.

Logo após a publicação de *Della Moneta*, em conseqüência do sucesso da obra, Galiani iniciou uma viagem pela Itália, durante a qual entrou em contato com os maiores expoentes da cultura italiana. Em 1753 foi nomeado membro da então recém-criada Academia de Ercolano; em 1754

publicou a obra de Bartolomeo Intieri *Della perfetta conservazione del grano* [Da perfeita conservação do trigo] e, em 1758, *Delle lodi di Benedetto XIV* [Dos elogios ao papa Benedito XIV], por ocasião da morte desse papa de quem ele admirava a serena disposição ao diálogo com as novas forças reformistas.

Mas a grande virada na vida do abade deu-se em 1759, quando, nomeado secretário da Embaixada napolitana foi para Paris, onde permaneceu dez anos. Teve, assim, a oportunidade de entrar em contato direto com as idéias iluministas, no momento mesmo em que os grandes protagonistas desse movimento mais intensamente as discutiam. Aceito nos salões da grande intelectualidade, como os de madame d'Épinay e de casa d'Holbach, onde brilhou pela grande cultura e pela *verve* da sua conversação, tornou-se amigo de Diderot, Grimm, Morellet e do próprio d'Holbach. Fruto desse período de grande familiaridade com as questões iluministas e de maior conhecimento dos problemas econômicos em escala internacional, foi a sua obra mais famosa os *Dialogues sur le commerce des bleds* [Diálogos sobre o comércio do trigo], escrita em 1769, em francês, e publicada em Paris em 1770 sob os cuidados dos amigos Diderot e madame d'Épinay, uma vez que Galiani, por ter cometido um erro diplomático, teve de ser chamado de volta para Nápoles e a deixou manuscrita. Nessa obra, da qual o próprio Morellet escreveu uma veemente refutação e Diderot uma apaixonada apologia, o abade napolitano desenvolve uma crítica circunstanciada à teoria fisiocrática da liberdade absoluta do comércio do trigo, demonstrando que a total liberdade de comércio, se servia perfeitamente aos países mais avançados para liberar o comércio das inúmeras obrigações jurídicas e fiscais que o obstaculizavam, podia, entretanto, ser prejudicial aos países mais pobres, como era o caso do Reino de Nápoles ou da Espanha, onde, pela falta de uma moderna produção agrícola e de grandes manufaturas, se faziam necessárias leis protecionistas por parte do Estado.

Exilado em sua própria pátria, como o próprio Galiani nunca deixou de denunciar na intensa correspondência que manteve com madame d'Épinay, com grande saudade da intensa vida intelectual da capital francesa, em comparação com a qual Nápoles parecia ainda mais provinciana e burocrática, não deixou apesar disso de completar nesta cidade a sua carreira de alto funcionário como secretário do Supremo Tribunal do Comércio em 1770, como presidente do Conselho do Patrimônio Régio em 1776 e

como assessor do Supremo Conselho das Finanças em 1782. Em função desses cargos escreveu interessantes memórias, pareceres, relatórios, na maior parte inéditos, em que se revela administrador experiente, grande conhecedor do fatos econômicos e político hábil. Compôs ainda nesses anos obras de caráter literário e político, que mostram a variedade e a singularidade dos interesses de Galiani: *Socrate immaginario* [Sócrates imaginário] (1777), ópera bufa, *Descrizione della spaventosa eruzione del Vesuvio* [Descrição da espantosa erupção do Vesúvio] (1779), *Del dialetto napoletano* [Do dialeto napolitano] (1779), *Sui doveri dei principi neutrali verso i principi belligeranti e di questi verso i neutrali* [Sobre os deveres dos príncipes neutros para com os príncipes beligerantes e destes para com os neutros] (1782).

NOTA DO TRADUTOR

Devo confessar a minha satisfação por ter levado a cabo a tradução de *Della moneta*, satisfação que se deve, por um lado, ao prazer natural de ver concluído um trabalho de grande empenho, por outro, à possibilidade de tornar conhecida uma obra fundamental da história do pensamento econômico, que, sem a tradução, quase certamente, permaneceria inacessível aos leitores brasileiros. Mas devo confessar também que não é sem um certo temor que venho expor ao público esta tradução, que exigiu um exercício contínuo de leitura paciente e escolhas lingüísticas e estilísticas trabalhosas.

A língua de *Della moneta*, com efeito, é reconhecidamente singular, não somente por ser do século XVIII, quando a Itália, dividida politicamente em vários Estados, não possuía uma tradição lingüística homogênea e a língua científica mutuava suas formas, quer ainda do latim, quer do francês que, na época, se impunha como a língua da ciência, mas também por seu tema, uma vez que à nova realidade econômica de que trata correspondia uma conceituação e uma terminologia também *in fieri*. Assim, ao traduzir, mesmo que não tenha procurado de modo algum conservar o tom arcaico da prosa original – objetivo irrealizável e inoportuno aos fins da clareza da leitura –, tive o extremo cuidado de não eliminar a plasticidade e a historicidade dos termos presentes nesta obra, não lhes sobrepondo conceitos que se firmariam nas sucessivas categorizações da Ciência Econômica.

Nas notas do tradutor, ao pé de página, procuro dar conta, cada vez, da tradução dos termos que considere importante comentar, como no caso

dos termos-chave *alzamento* e *ribussamento*, traduzidos como “aumento” e “redução do valor” da moeda, ou da palavra *fatica*, transformada inevitavelmente em “trabalho”, por não ser “fadiga” o seu exato correspondente.

A respeito de normas mais específicas, então, tenho seguido a tendência atual de deixar os topônimos e os antropônimos no original, salvo, obviamente, os que já são consagrados pelo uso em português; preferi, no entanto, por razões de homogeneidade do texto, aporuguesar aqueles poucos termos referentes a moedas e medidas regionais antigas que, à diferença da grande maioria restante, não o foram, e mesmo em italiano requerem explicações. As tábuas de referência anexadas dão as informações necessárias nesse caso.

Um comentário especial deve ser feito em relação aos aspectos sintáticos dos longos períodos da prosa de Galiani. Por razões de clareza, precisei dividir esses períodos, os parágrafos, simplificar a sintaxe, pôr em ordem direta o que, freqüentemente, estava na inversa; mas, ao mesmo tempo, procurei manter, e espero ter conseguido em parte, a variedade de entoação discursiva desse autor, que, pela vivacidade do seu estilo pessoal e pelo calor das razões que o motivaram a escrever, passa tranqüilamente de um tom argumentativo a outro exclamativo, de uma prosa moldada conforme os cânones retóricos próprios de determinados assuntos a considerações expostas familiarmente na linguagem coloquial.

De *Della moneta* existe uma tradução em francês (*De la monnaie*, Paris, Librairie Marcel Rivière et Cie, 1955), mas não da obra inteira. Dessa tradução consegui apenas ter o xerox de um exemplar encontrado na biblioteca da Sorbonne, por não se encontrar mais nas livrarias, nem nas de livros antigos que consegui consultar em Paris. O cotejo da minha tradução com a de G. H. Bousquet e J. Crisafulli, na época, respectivamente, Professor da Faculdade de Direito de Argel e Doutor em Direito da Universidade de Pavia, que também escreveram a *Introdução* e os comentários em nota, foi importante não só para dirimir algumas dificuldades de compreensão do texto, mas também para definir melhor, para mim mesma, os critérios da minha leitura, voltada mais a respeitar a historicidade do pensamento de Galiani do que a pôr em evidência suas eventuais antecipações conceituais desenvolvidas posteriormente pela Ciência Econômica.

AS EDIÇÕES DE *DELLA MONETA*

Do manuscrito *Della moneta* só restam algumas folhas esparsas, guardadas entre os outros manuscritos de Galiani na Biblioteca da Sociedade Napolitana de História Pátria. Foram duas as edições dessa obra quando o autor era vivo. A primeira saiu em Nápoles, anônima, pelo editor Giuseppe Raimondi, com a data de 1750 impressa no frontispício. Mas, na realidade, deve-se pensar que é de 1751, como demonstrou de maneira persuasiva Fausto Nicolini, fundamentado na data da primeira autorização da edição, em seu escrito *Intorno a Ferdinando Galiani a proposito d' una pubblicazione recente* [Sobre Ferdinando Galiani por ocasião de uma publicação recente], em "Giornale storico della letteratura italiana", XXVI, 1908. A segunda edição, organizada pelo próprio Galiani, apareceu em Nápoles em 1780, pela Stamperia Simoniana, e, em relação à edição anterior, contém a mais uma *Advertência do Editor*, um *Encerramento* e trinta e cinco *Notas*, acrescentadas para fornecer esclarecimentos acerca de algumas circunstâncias históricas de que se tinha perdido referência nos anos da segunda edição. As poucas alterações que o texto de 1780 apresenta em relação ao de 1751, e que Galiani considera irrelevantes, para alguns estudiosos são mais significativas do que se supunha, pois, além da simples substituição de alguns vocábulos ou de datas, incluem, às vezes, reformulações de frases inteiras, decorrentes do amadurecimento ideológico posteriormente adquirido pelo autor.

No século XIX o livro de Galiani teve duas edições: a primeira, na importante coletânea *Scrittori classici italiani di economia politica* [Escritores clássicos italianos de economia política], organizada por P. Custodi (Milão,

Destefanis, 1803, vols. III e IV); a outra, na *Biblioteca scelta di opere italiane antiche e moderne* [Seleção de obras italianas antigas e modernas] (Milão, Silvestri, 1831, vols. 285 e 286). Ambas reproduzem a edição de 1780.

No século XX, *Della moneta* foi editado por F. Nicolini, na coletânea [Escritores da Itália] (Bari, Laterza, 1915), por A. Caracciolo e A. Merola [Da moeda e escritos inéditos], (Milão, Feltrinelli, 1963), por F. Diaz e L. Guerci, na coletânea [A literatura italiana. História e textos] (Milão-Nápoles, Ricciardi, 1975, vol. 46, tomo VI). Esta última edição segue o texto de 1751.

Quanto às traduções, de uma de André Morrelet, há menção numa carta deste a Galiani, em maio de 1770 (reproduzida na edição de *Della moneta*, organizada por F. Nicolini, cit., p. 371-372), mas nunca houve dela pista alguma e presume-se não ter sido levada a termo. Existe uma em francês, e não integral, de G.H. Bousquet e J. Crisafulli (*De la monnaie*, Paris, Librairie Marcel Rivière et Cie 1955). A tradução em português da presente edição segue o texto de 1780.

ADVERTÊNCIA DO EDITOR¹

A obra *Da moeda* veio à luz a primeira vez em 1751 sem o nome do autor. Era, no entanto, trabalho juvenil de Ferdinando Galiani, que a compôs quando não tinha ainda completado vinte e um anos de idade. Escreveu essa obra sem o auxílio de ninguém e com pouca ajuda de livros. Faltaram-lhe tais auxílios porque quis escrevê-la e publicá-la em tamanho segredo que ninguém ficasse sabendo, nem mesmo seu ilustre tio, monsenhor Galiani,² para poder reservar-lhe uma agradável surpresa mais tarde, como de fato ocorreu. E foi tão difícil e surpreendente que ele pudesse manter esse segredo, uma vez que, vivendo sob o mesmo teto e sob a tutela e a disciplina severa desse tio, era continuamente observado por ele. Além disso, monsenhor Galiani, pelo cargo de capelão-mor que exercia honrosamente, possuía tamanha autoridade e controle sobre todos os estudos, sobre todos os homens de letras e sobre os livros que se imprimiam em Nápoles, que parecia impossível esconder-lhe alguma coisa desta natureza. Entretanto, esse segredo, confiado tão-somente a dois jovens seus coetâneos, foi mantido. Eram eles Dom Pasquale Carcani,³ cujo nome já é

1. Esta *Advertência do Editor*, que na realidade é de Galiani, foi escrita para a edição de 1780.

2. Celestino Galiani (1681-1753). Abade e depois superior dos celestinos. Em 1732 foi nomeado capelão-mor do Reino de Nápoles, cargo que reunia funções relativas ao culto e à instrução pública. Homem de cultura e de espírito, participou intensamente da vida intelectual napolitana durante o reinado de Carlos III.

3. Pasquale Carcani (1721-1783) foi secretário da Academia Real Herculana, fundada por Carlos III em 1755. Quando jovem exerceu a advocacia, compôs poemas jocosos, entre os quais, em parceria com o próprio Galiani, os divertidos *Componimenti* [Composições] na ocasião da morte do carrasco Jannaccone.

suficiente para reconhecer seu mérito, e Dom Pasquale di Tommasi,⁴ a quem a república literária deve a bela edição da *Crusca* feita em Nápoles em 1746, enriquecida de grande número de vocábulos que haviam passado despercebidos aos acadêmicos florentinos. Foram eles a ter a iniciativa de pedir e obter as autorizações devidas para a publicação do manuscrito, de passá-lo ao impressor, de cuidar daquela última revisão que se faz quase no prelo, e de tudo aquilo que a um autor secreto era vedado ocupar-se. Ele teve assim o prazer bastante incomum de ouvir, durante mais de dois meses em que ficou incógnito, o juízo imparcial e sincero de todo tipo de leitor, de ver todos os homens de cultura torcer os miolos para adivinhar, sem sucesso, o autor, e de ouvir os elogios de seu próprio tio, para quem foi obrigado a ler o livro, como costumava fazer com todos os livros novos, nas horas de descanso. Recompensa suficiente ao esforço do trabalho empreendido, superior à sua pouca idade, foi ver o tio muitas vezes bastante ansioso por conhecer o autor de uma obra que apreciava sobremaneira, perguntando-lhe se podia adivinhar quem fosse. Nem diante de tamanho interesse, Ferdinando Galiani quis revelar seu nome antes de o livro não ter sido inteiramente lido e julgado.

Ele tem o doce consolo, agora, de acreditar que a felicidade que teve o tio ao saber a verdade serviu para deter, por algum tempo, o efeito de uma doença grave que, tendo começado pouco antes com sintomas leves de tristeza do espírito e de cansaço do corpo, ao cabo de um ano se tornou um ataque hemiplégico, o qual, depois de tê-lo deixado definhando até julho de 1753, o tirou desta vida. Perda grave e irreparável para as letras, das quais tinha sido em sua pátria restaurador mais ilustre do que bem-sucedido.

Além disso, como já dissemos, faltou ao jovem autor o auxílio de livros. Até então, com efeito, tinham sido raríssimos os escritores desta ciência, tão nobre e quase nova, concernente ao governo econômico dos Estados, que, depois, se desenvolveu tão rapidamente e ganhou um tão grande nú-

4. Pasquale di Tommasi (1712–87), médico e escritor, escreveu as *Aggiamte* [Acréscimos] ao famoso *Vocabulário da Crusca*, assim denominado devido ao propósito de seus compiladores, os acadêmicos florentinos do século XVI, de separar as palavras boas das impuras, assim como se separa a farinha do farelo, *crusca* em italiano.

mero de adeptos a ponto de, antes mesmo de chegar à maturidade, ficar corrompida por uma obscura gíria metafísica, criada por aqueles que a França quis chamar de economistas. E se, no começo, este país ficou loucamente cativado pelos seus vanilóquios, logo em seguida, como era natural, cansou-se e perdeu todo o entusiasmo. E agora, como costuma fazer com as roupas e os penteados, parece tê-los esquecido, trocando de moda. Em 1749, no entanto, eram ainda muito poucos esses escritores, nem haviam chegado em Nápoles as obras de todos, em razão da distância. Mas todas as que lhe passaram sob os olhos, Galiani considerou como uma obrigação moral mencioná-las no prefácio de sua obra. Tão-somente a necessidade de manter o segredo de que falamos antes, obrigou-o a guardar silêncio, então, de uma coisa que depois sempre reconhecerá e agora, por gratidão, se empenha em mandar publicar nesta nova edição. Nesta, mais do que qualquer livro, foram-lhe de grande auxílio as conversas, ouvidas durante muitos anos, de dois homens muito sábios e profundos entendedores desta ciência, como aliás de muitas outras, que viviam naquele tempo em Nápoles e que ele freqüentava. Eram eles o marquês Alessandro Rinuccini⁵ e o abade Bartolomeo Intieri,⁶ ambos toscanos, o primeiro de descendência nobre, o segundo de origem humilde, mas que se tornaram semelhantes e quase irmãos pela amizade, sabedoria e virtude. Deram a essa cidade, onde depois da juventude sempre lhes agradou residir, o gratificante espetáculo de uma amizade duradoura e constante, que só foi interrompida pela doença que precedeu a morte de Intieri, que, quase nonagenário, faleceu primeiro. Alheios a qualquer ambição e glória, foram homens de grande saber, sem ter publicado nenhum livro; de muitos talentos, sem ter aceito nenhum cargo; de enorme utilidade a esta quase pátria, sem ter tido nenhum poder. Tanto pode, por si só, o exemplo da honestidade; tão importante para um povo é o simples ensino de viva voz de espíritos livres, sábios e corajosos.

5. Alessandro Rinuccini (1685–1758), grande proprietário de terras e comerciante de gêneros agrícolas no Reino de Nápoles, nobre arrojado e progressista.
6. Bartolomeo Intieri (1678–1757), nascido perto de Florença, trabalhou no Reino de Nápoles como administrador das propriedades que grandes famílias toscanas tinham ali; inventor de instrumentos e aparelhos para a agricultura, criou em 1754 a cátedra de Comércio e Mecânica na Universidade de Nápoles, para a qual nomeou Antonio Genovesi.

Esta obra, que hoje nós reimprimos a pedido de muitos, já que a primeira edição quase não se encontra mais, poderia ter sido ampliada pelo autor, que podia ter tratado mais amplamente alguns assuntos, mesmo que ele entenda não ter havido nenhuma mudança em relação às opiniões e conceitos expressos antes. Mas o autor considerou que, como o maior mérito da obra era ter sido uma das primeiras e mais antigas em semelhante matéria, concernente à moeda tratada do ponto de vista político, e, ainda, ter sido fruto da inteligência de um jovem de vinte e um anos, não era oportuno modificá-la quase em nada, tampouco retocá-la, para que conservasse, qualquer que seja o juízo sobre ela, pelo menos essas duas qualidades. No entanto, ele percebeu que algumas frases fazem alusão a coisas muito conhecidas naquela época, e que hoje são em parte ou de todo esquecidas, de modo que se naquela época era muito fácil entender a alusão, hoje não é mais assim. Por isso, julgou necessário recordar as circunstâncias e as opiniões daquela época mediante algumas breves notas anexadas à obra,⁷ referentes àquelas passagens que lhe pareceram precisar de esclarecimentos históricos. A presente edição, portanto, é enriquecida unicamente dessas notas e de nada mais, podendo-se dizer tranquilamente que o texto não foi modificado.

E para dar aos leitores uma certa idéia da necessidade de tais esclarecimentos, lembraremos que alguns anos antes da publicação desta obra, em 1743 (ano memorável pela peste de Messina), veio à luz um livro de Carantonio Broggia, cujo título é *Tratado dos tributos, das moedas e da administração política da saúde pública*.⁸ Broggia era um homem de talento. Em sua juventude, por muito tempo frequentou Bartolomeo Intieri e o marquês Rinuccini, dos quais lhe adveio o gosto por semelhantes estudos de política e modos de governar. Bom teria sido para ele se, assim como aprendeu com esses homens a tratar das coisas do Estado, da mesma forma tivesse aprendido a ficar longe delas e a não aspirar a nenhum cargo. Mas Broggia queria que lhe fosse reconhecido o próprio mérito, para então receber um

7. São as notas que reproduzimos nas p. 355-392.

8. Carantonio Broggia (1683-1767?), autodidata, *aromatarius*, isto é, comerciante por atacado de especiarias, dedicou-se aos estudos dos problemas econômicos, escrevendo tratados profundamente originais, entre os quais esse *Trattato de' tributi, delle monete e del governo politico della sanità*, Nápoles, 1743.

cargo no governo e ter melhor sorte. Essa ambição, esbarrando com circunstâncias adversas, levou-o rapidamente a um fim trágico e digno de pena.⁹ Broggia afastou-se de seus ilustres amigos não só em relação à prudência na vida, mas também em muitas opiniões e em matéria de tributos e de moedas, ocorrendo assim que, depois de publicada a obra e não tendo encontrado aquela aprovação que esperava por parte deles, a amizade esfriou. Ferdinando Galiani, em todas as opiniões em que se opunha a Broggia, preferiu, no entanto, não citá-lo, nem combatê-lo, nem nunca confutá-lo, respeitando nele um autor vivo que escrevera com boa intenção e havia sido o primeiro, entre nós, a promover com a publicação de seu livro, o estudo de uma ciência tão útil e tão nobre. Hoje, estando ele morto e o livro quase esquecido, Galiani julgou que valesse a pena prestar alguns esclarecimentos nos trechos em que se faz alusão a várias opiniões de Broggia.

Nem esclarecimento menor exigiria a situação atual de Nápoles e de seu reino, tão diferente daquela época. Sua sorte, que mudou para melhor em 1734, com a obtenção da presença do soberano; as longas guerras que então se seguiram na Itália, as quais, sem causar danos consideráveis aos reinos envolvidos, fizeram, ao contrário, circular uma quantidade imensa de dinheiro vindo da Espanha, França, Alemanha e de quase toda parte; as melhores diretrizes do governo, encorajando as artes e o comércio, isto tudo, mudou completamente a economia do Estado, quando voltou a paz à Europa em 1749.¹⁰ A causa da mudança era, então, a nova força e a maior saúde do Reino, mas o efeito aparente que se experimentou primeiro foram as dores, as queixas, o descontentamento, a doença. Parecia que faltava dinheiro, as taxas de câmbio haviam sido alteradas, os preços de todas as coisas eram mais altos, as rápidas fortunas dos mercadores, não dos manufactureiros, haviam diminuído; em suma, todos os antigos mecanismos e as molas propulsoras do Estado pareciam completamente danificados ou desconjuntados. E havia quem culpasse o luxo,

9. Broggia, sustentando a tese de uma reforma geral das moedas napolitanas no sentido de uma revalorização em oposição à proposta de desvalorização defendida pelo ministro das finanças, Leopoldo Di Gregorio, caiu em desgraça com o rei Carlos III, foi exilado por sete anos na Sicília, de onde voltou a Nápoles para morrer, esquecido por todos.

10. Galiani refere-se à constituição do Reino de Nápoles independente com Carlos de Bourbon, depois do fim da dominação austriaca em Nápoles em 1734, e à paz de Aquinã em 1748.

quem o esfriamento da fé, quem acusasse o descuido do governo, quem receitasse uma coisa e quem aconselhasse outra. Não se podia culpar o príncipe de novos aumentos e de novos impostos, porque sua prudência e moderação eram por demais visíveis e patentes; mas fora isso, tudo o mais era dito. Havia quem aconselhasse a fazer leis sobre o câmbio, outros a alterar a moeda, outros ainda a variar as proporções entre o ouro e a prata, ou, pelo menos, entre a prata e o cobre. Acreditava-se que a prata em moeda tivesse sido liquefeita para fabricar objetos de luxo, e desaparecido por causa disso. Todos falavam de males inexistentes como se eles existissem; e todos prescreviam medicamentos que eram venenos. Broggia propôs que se introduzisse entre nós a moeda de cálculo, ou seja, numerária, e se cunhassem moedas de cobre com prateadura pequena (ditas *billon* pelos franceses),¹¹ como excelentes remédios. Outros, que participavam da administração da cidade de Nápoles, onde hoje se encontram reunidos os vestígios dos direitos do nosso antigo Parlamento, propunham o aumento do valor da moeda¹² ou, também, que se cunhasse mais ouro. A todos esses pareceres opôs-se avisadamente, em seu relatório, Troiano Spinelli, duque de Laurino, agora falecido.¹³

Em suma, enganando-se a nação pela falsa aparência dos sintomas e dos sinais, era evidente o risco de que se chegasse a assustar e a perturbar o ânimo de quem a governava e se tomassem providências para impedir o crescimento e a saúde do Reino, quase como se este estivesse ameaçado por alguma doença interna. Tão-somente Bartolomeo Intieri, clarividente no meio de tamanha escuridão, se alegrava e se deleitava: abençoava o século, o príncipe, a nação; prognosticava aquela prosperidade que, de fato, chegou; e agradou-lhe deixar à posteridade testemunho de todas essas suas convicções no livro *Da perfeita conservação do trigo*, publicado dois anos depois pelo próprio Galiani, com o nome de Intieri (já que se deve a este último a invenção da máquina de conservação do trigo). Mas poucos acreditaram em Intieri, apesar da reputa-

11. Cfr. a nota XVIII de Galiani, à p. 375-377.

12. Sobre tal expressão ver a nota nº 18 do Livro I, à p. 53.

13. Troiano Spinelli, duque de Aquara e de Laurino (1712-1777), arquiteto e historiador napolitano, escreveu as *Riflessioni politiche sopra alcuni punti della scienza della moneta* [Reflexões políticas sobre alguns pontos da ciência da moeda], a pedido da Delegação da Moedagem, órgão oficial da cidade de Nápoles.

ção que havia conquistado, pois se prefere criticar o governo, já que isso parece liberdade, do que elogiá-lo, mesmo justamente, já que isso se afigura como ambição ou adulação por parte de quem o faz. Era inútil lembrar o fato notório de que, em todas as crianças, as fases de maior crescimento são precedidas freqüentemente de sintomas de febre e de doença; que a febre não deve assustar nem receber tratamento, não sendo outra coisa senão o próprio movimento e a aceleração da máquina para se nutrir e desenvolver; que todo melhoramento causa perturbação ao Estado; que as semelhanças entre os corpos físicos e os corpos morais, e os princípios daqueles aplicados a estes, são sempre naturais e corretas; que, quando uma parte do corpo, antes magra, definhada, mal nutrida, começa a receber humor em maior quantidade, ficando mais fortalecida, é impossível que a outra parte, onde antes o humor transbordava, não se ressinta de tê-lo perdido em parte; que muitas vezes se faz passar como voz geral da nação inteira exclusivamente as queixas de uns poucos homens da metrópole ociosa.

Todos esses argumentos, ainda que ajuizados e verdadeiros, saindo da voz de um só homem, pertencente a um círculo restrito de pessoas, não eram suficientes para causar ampla e duradoura impressão. E para dizer a verdade, foi esta a principal, senão a única razão que persuadiu Galiani a escrever a presente obra, na qual o leitor atento irá perceber que, tomada a moeda como ponto de partida, se discute toda a economia dos Estados, e desse nosso em particular.

Hoje o autor tem a dupla consolação, e até o orgulho e a satisfação, de ver que o juízo expresso em sua obra a respeito da situação deste reino em 1750, e que previa, apesar dos sinais em contrário, grande crescimento e prosperidade iminentes, se demonstrou totalmente verdadeiro e se confirmou a cada ano que passava, e agora está persuadida disso não só toda a nação, mas a Europa inteira. Em segundo lugar, teve o prazer de observar que quem governou esse nosso reino, pela sua própria sabedoria, seguiu exatamente aquele mesmo método, aqueles mesmos procedimentos e aquelas mesmas precauções em relação à moeda que o autor havia julgado convenientes e eficazes. E, embora esteja longe de pensar e muito menos de se vangloriar de ter tido alguma parte nisso com o seu livro, não pôde deixar, contudo, de estar contente com tão ilustre ratificação. Ainda mais porque os resultados se confirmaram, tendo ocorrido nesse reino, daquele tempo em diante, o fato raro de a moeda estar sempre bem regulamentada, estável, sem o mínimo abalo ou perturbação.

AO SERENÍSSIMO E CLEMENTÍSSIMO REI CARLOS, REI DE NÁPOLES,
DA SICÍLIA E DE JERUSALÉM, INFANTE DA ESPANHA, ETC. ETC.

As autoridades superiores, Senhor, são as responsáveis pelo bem comum, já que os homens, ao saírem da vida ferina e do infeliz estado de natureza e ao se organizarem em sociedade civil, de comum acordo, confiaram ao príncipe a defesa de seus próprios direitos e lhe entregaram todo o cuidado da paz e da tranqüilidade. E como o príncipe está à frente da sociedade civil e as moedas são os nervos pelos quais ela se mantém unida e vigorosa, servindo-se das forças delas para se conservar, justamente, em todos os tempos, foi reconhecido deverem ser os príncipes os supremos, justos e sábios administradores da moeda. E é esta uma razão pela qual esta obra é apresentada a Sua Majestade. Mas não é a única. Era conveniente dedicá-la ao Senhor por outra e mais merecida causa, uma vez que, dentre suas justas e gloriosas obras pelas quais seu reino será celebrado, não houve nenhuma outra que tenha sido tão singular e maravilhosa por sabedoria e virtude quanto a de ter posto em ótima ordem as nossas moedas e de ter respeitado, virtuosamente e regiamente, a confiança pública. E isto é coisa tão rara em nossa época, quanto Sua Majestade é digna de louvor e glória. Tampouco para seus reinos, que, nesses tempos calamitosos para a pobre Itália, já devem agradecer ao Altíssimo pela paz conseguida em virtude de sua enérgica ação contra as armas externas, constituirão motivo menor de agradecimento a tranqüilidade e a riqueza interna, obtidas graças a tantos sábios regulamentos e à escolha de excelentes ministros. Queira aceitar, portanto, como sinal de aprovação pública e de agradecimento geral, esta oferta que lhe é apresentada por mim, seu súdito

fiel. E que não o ofenda o fato de a obra ser de autor desconhecido; permanecerá igualmente desconhecido, talvez, se tivesse revelado ao público seu nome obscuro. Seja quem for, bem se vê que é, ao mesmo título, súdito afeiçoado e cidadão dedicado, pois a sinceridade com que escreve o revela como tal; e que viva afastado de qualquer ambição o demonstra o fato de ter ocultado seu nome. Dispense a sua proteção, então, Senhor, apenas à obra, que, junto com ela, posso dizê-lo com toda certeza, defenderá sua própria ação, uma vez que neste livro não só estão explicados os verdadeiros princípios da ciência da moeda, como também é contada a história da nossa moeda sob o seu prudentíssimo governo. Viva, então, em alegria e, para o nosso bem, fique entre nós até que esse nosso reino possa restabelecer-se, como já em parte tem feito, dos golpes recebidos durante todo o tempo que esteve na infeliz condição de província e possa chegar, como espera, a um estado de grande e extraordinária opulência.

De Sua Majestade mui humilde súdito,
Giuseppe Raimondi, editor.
9 de dezembro de 1750

PROÉMIO

É coisa inacreditável e bastante difícil de explicar por que certos homens, que cultivavam o espírito e desejavam merecer a fama de sábios e virtuosos, se tenham tornado quase todos inúteis à sociedade, uma vez que, de certa maneira isolados dela, se dedicaram a estudos e a um gênero de vida que podiam trazer a eles bem pouca utilidade e aos outros, nenhuma. E é mais incrível ainda que tenham sido louvados e admirados por todos justamente por essa razão, quando, na realidade, mereciam ser censurados e desprezados. Conseqüência de tal fato é que muitas das ciências mais necessárias foram completamente abandonadas ou menosprezadas. O conhecimento das línguas já mortas, dos costumes antigos, dos movimentos dos astros e das opiniões alheias acerca de causas naturais desconhecidas, ou, pelo menos, o entendimento das leis estranhas de povos distantes de nós por religião, governo, índole e antiguidade, conseguiu o nome augusto de sabedoria, e os homens versados nessas coisas pareciam dignos de exercer o poder. Foi Sócrates, realmente, quem, na Antiguidade, tirou a filosofia das esferas e a fez voltar para a vida dos homens, buscando formar cidadãos úteis à sua pátria ingrata. E, muito embora todas as escolas dos filósofos se originassem dele, não houve nenhuma que tenha seguido fielmente tão grande mestre.

Desse modo, a arte de governar estendeu-se até os nossos dias, desprovida de cultores mais do que qualquer outra e munida tão-somente de documentos que permitem descrevê-la. Estes são encontrados na história. A história é uma relação ininterrupta dos erros e dos castigos do gênero humano, de modo que é fácil, meditando sobre ela e adquirindo sabedoria a partir dos erros alheios, emendar os primeiros ou evitar os segun-

dos. E da mesma forma que, com as observações astronômicas de vários séculos, não foi difícil elaborar o sistema dos movimentos dos planetas, assim acontece com a ciência do governo. Talvez seja por isso que, em todos os tempos, os historiadores, e principalmente os que descreveram histórias particulares e contemporâneas, tenham sido considerados mestres de política. Mas eles trataram de uma parte pequena em relação ao todo; e preocuparam-se mais em ensinar aos príncipes a arte de adquirir e conservar o poder, do que aquela de tornar doce e agradável a obediência dos súditos. Não é de estranhar, portanto, terem eles descuidado totalmente de examinar o exato funcionamento da moeda, que, à primeira vista, parecia importar mais aos súditos do que ao soberano. Contudo, é estranho que muitos escritores, mais próximos de nós no tempo e fautores ardorosos do bem público, não tenham escrito nada sobre a moeda.

Assim, o grande e imortal Ludovico Antonio Muratori, em sua última obra *Da pública felicidade*,¹⁴ que foi como o último canto de cisne de um velho no fim da vida, confessando ingenuamente sua impotência, omitiu a parte que concerne às moedas. E isso é certamente muito mais louvável do que se, como talvez fizeram outros, ele tivesse tido a presunção de tratar do que não sabia.

Portanto, entre todos os que trataram da moeda,¹⁵ julgo que só se destaque o autor do *Ensaio sobre o comércio*, que se considera ser o senhor Melon,¹⁶ homem de grandíssima inteligência e espírito verdadeiramente honesto e virtuoso. Mas como ele, em sua obra, não fez acompanhar de demonstrações as verdades aí ensinadas, e como pensou muito melhor do que todos,

14. L. A. Muratori (1672-1750), um dos grandes historiadores setecentistas, autor de obras monumentais sobre a história italiana que, pela extraordinária e inédita documentação das fontes, abriram novas perspectivas à moderna historiografia italiana. Suas obras principais são: *Rerum italicarum scriptores* [Escritores da história itálica], (24 vols., 1723-1738); *Antiquitates italicæ Medii Aevi* [Antiguidades itálicas da Idade Média], (6 vols., 1738-1743); *Annali della storia d'Italia* [Anais da história da Itália] (12 vols., 1744-49). *Della pubblica felicità è de 1749*.

15. Cfr. a nota I de Galiani à p. 355-356.

16. Jean-François Melon (1680-1738), que Galiani cita sempre erroneamente como Melun. Esteve a serviço do cardeal Dubois, depois de John Law e foi secretário do regente Filipe de Orleans. Seu *Essai politique sur le commerce*, publicado a primeira vez em 1734, foi reimpresso com acréscimos em 1734, 1735, 1736 e várias vezes após a sua morte. É uma das obras de economia do período pré-fisocrático mais difundida no século XVII.

foi menos seguido do que outros e só foi lido para ser confutado por aqueles que não receberam do céu o dom de uma vivacidade mental suficiente para entendê-lo. Depois de Melon, lembrarei o inglês John Locke, que reuniu numa carta dois tratados, um sobre a redução das taxas de juros, outro sobre o aumento do valor da moeda.¹⁷ De tal homem era de esperar que tivesse deixado um escrito feito com método e ordem maior, não na forma de uma carta informal, mas de uma obra bem estruturada. Com efeito, pela maneira apressada com que tratou a matéria, deixou de falar de muitas coisas ou tratou de outras de forma tão pouco clara, que a maior parte dos leitores não tirou proveito nem sequer prazer de tal leitura. Merecem menção honrosa também Carlo Broggia e Troiano Spinelli, duque de Aquara, que trataram de forma louvável, um, a ciência das moedas em todos os seus aspectos, o outro, do aumento do valor.

Não nego ter extraído várias informações desses autores, mas muitas noções que encontrei com a minha reflexão pode parecer que as tenha tomado de outros, quando não é verdade. E se em minha obra não me detenho a citar nenhum deles, é porque prefiro que as coisas de que trato tenham a força da razão e não da autoridade. Da mesma forma, sempre me absteve de confutar alguém citando-o, persuadido de que a demonstração da verdade é, por si só, a confutação mais poderosa do erro; e acredito também que a ostentação de citar ou de responder a muitos, e de perder muito tempo nisso, deva ser atribuída sempre a certa parvoíce de espírito. Além disso, procurei evitar modos de falar intrincados e busquei conseguir, numa matéria tão obscura, a maior clareza possível, por meio de exemplos e repetidas demonstrações. Dessa forma, no entanto, querendo ser útil aos outros, talvez tenha prejudicado a mim mesmo, porque as coisas assim explanadas parecerão tão fáceis e simples que os leitores, não lembrando da maneira como os outros as tenham, não digo explicado, mas complica-

17. Trata-se da obra de John Locke, *Some Considerations of the Consequences of the Lowering of Interest and Raising the Value of Money, in a Letter to a Member of Parliament* [Algumas considerações sobre as conseqüências da redução dos juros e do aumento do valor da moeda, numa carta a um membro do Parlamento], (1692). O próprio Galiani começou a tradução desse escrito de Locke, sem contudo concluí-la (a parte inicial encontra-se em *Della moneta e scritti inediti*, do editor Feltrinelli, já citada). Cfr. também a nota II de Galiani, à p. 356.

do, acabarão julgando-as antigas e muito conhecidas. Tal é a luz da verdade que, quando se apresenta clara e luminosa às mentes, aparece como sendo antiga e conhecida. Mas preferi atender ao bem público com prejuízo meu, antes que me deixar passar por entendedor de coisas difíceis e abstrusas, sem vantagem para os outros. A linguagem hermética é um engrandecimento enganoso de coisas pueris; e por isso não serve para mim, que trato de uma matéria séria e útil. Enfim, não estou aqui pedindo desculpas e compreensão, e fazendo uma confissão insincera de uma inexperiência dissimulada. Quem tem pouca estima de si não deve expor-se ao público; e se resolvesse fazê-lo, sua ousadia mereceria censura e castigo. Eu, por mim, qualquer que seja o valor da minha obra, confesso, com a ingenuidade própria das pessoas de bem, que julgo merecer louvor enquanto consagrar e devolver todas as forças e os talentos recebidos de Deus à pátria e à sociedade. Queira o Céu que possa tornar-me tão útil que minhas infinitas obrigações para com estas venham a ser, pelo menos em parte, satisfeitas.

LIVRO I
DOS METAIS

INTRODUÇÃO

Resolvi escrever e, se minhas forças e meu talento me secundarem, ilustrar a natureza e as propriedades da moeda, isto é, dos metais que as nações civilizadas costumam receber e dar como equivalente de todas as outras coisas; matéria essa extremamente importante pela sua utilidade tanto quanto digna, pela obscuridade que a envolve, de ser estudada e melhor conhecida pelos homens designados a governar. Mostrarei, em primeiro lugar, por que todos os homens se serviram constantemente dos metais, principalmente do ouro e da prata, como moeda; mostrarei de onde se origina o valor dos metais; que este não se forma, constitui ou regula pelo capricho dos homens nem pelas leis dos príncipes, mas que, ao contrário, o valor da moeda deriva do valor dos metais. Em seguida, passarei a explicar a natureza e os efeitos dos tão famosos e misteriosos aumentos e reduções do valor da moeda;¹⁸ será examinada, então, a neces-

18. Em italiano, *alzamenti* e *abbassamenti*, termos correntes na linguagem econômica do séc. XVIII, que designavam, respectivamente, o aumento e a diminuição do valor nominal da moeda. Ao traduzi-los, mesmo que no texto italiano sejam usados como termos absolutos, optamos por expressões analíticas que, a nosso ver, melhor se ajustam ao significado original. Descartamos a hipótese de utilizar termos modernos, tais como "desvalorização" e "valorização", por exemplo, ou "inflação" e "deflação", a que alguns comentaristas modernos reportam o fenômeno do *alzamento* e do *abbassamento* da moeda descrito por Galiani, pois consideramos que eles trazem à tona significações estranhas à realidade econômica da época e eliminam a dificuldade inerente aos termos setecentistas, várias vezes comentada por Galiani, que, na tradução, é preciso conservar. Trata-se da dificuldade, já relevada por economistas daquela época, como Carantonio Broggia e Pompeo Neri, de o aumento nominal resultar, de fato, numa diminuição real do valor das moedas e a redução, num restabelecimento do valor delas. Ver a esse respeito Franco Venturi, *Settecento riformatore: da Muratori a Beccaria*, v. I, Torino, Einaudi, 1969, p. 443-522. [N.d.T.]

sidade da moeda, a sua circulação e a sua engenhosa representação, feita para a utilidade pública, através de papéis. Por fim, serão revelados os mais secretos mecanismos do juro, do ágio e do câmbio, que parecem ser coisas tão abstrusas, assim como todos os princípios que os regem e os movem.

Se a realização corresponderá à vastidão da idéia, de que bem sei reconhecer a dificuldade, não cabe a mim dizê-lo, mas aos meus leitores. Porém, tenho certeza de que, enquanto escrever impelido unicamente por amor ao bem-estar público, não serei privado da ajuda da Mão Suprema, que se presta particularmente às empresas virtuosas e é o único auxílio de que necessito,¹⁹ nem serei, em tão longo caminho, abandonado em nenhum momento por ela.

19. Cfr. a nota III de Galiani à p. 356-357.

CAPÍTULO I

Da descoberta do ouro e da prata e o comércio que se fez com eles. Como e quando se começou a usá-los como moeda. Narração do aumento e da diminuição da quantidade da moeda. A situação atual

Em todos os países em que se faz uso da moeda, ela se compõe de três metais: um de alto, outro de médio e o terceiro de baixo valor. O ouro e a prata, em toda parte, sem exceção alguma, ocupam o primeiro e o segundo lugares. O terceiro metal, no decorrer dos séculos, não foi sempre o mesmo. Atualmente, toda a Europa usa o cobre, como também os antigos o usaram; os romanos, no entanto, usaram com maior freqüência o cobre amarelo, isto é, o latão, e o bronze. Também do bronze serviram-se os soberanos sucessores de Alexandre e as cidades gregas. O ferro foi usado na Grécia e na Grã-Bretanha nos tempos de César. Muitos são os povos, hoje, que empregam uma mistura de dois metais para a moeda de baixo valor. Além disso, há nações que se servem não de metais, mas de frutos, como as amêndoas amargas no Camboja, o cacau e o milho em algum lugar da América; ou de sal, como na Abissínia; ou de caracóis marinhos. E se essas coisas são moeda ou não, muito teríamos a dizer e argumentar, caso estivéssemos aqui para discutir palavras; mas a discussão seria sobre nomes e não sobre coisas.

Ignorando por ora os outros metais, começaremos a falar, então, do ouro e da prata, e, em primeiro lugar, da sua descoberta e do seu uso antigo.

Descoberta dos metais

Os filósofos imaginaram muitas maneiras pelas quais os primeiros homens teriam conseguido chegar a conhecer os metais, mas a mais verossímil parece-me ser a seguinte. Creio que o ferro e o cobre foram os primeiros metais a serem conhecidos, e isso porque, uma vez que eram extraídos de largos veios, não muito profundos e escondidos, e amiúde em grandes massas de metal quase puro, os homens das primeiras eras, impedidos pela curiosidade, que é mãe da experiência e da investigação, devem ter aproximado esses corpos, diferentes das pedras e da terra no aspecto, do fogo. E, assim, ao vê-los escorrer ao chão derretidos e liquefeitos, conheceram a sua natureza. Foi então a curiosidade, que é maior tanto quanto forem maiores as necessidades e mais desconhecidas as propriedades dos corpos, a fazer que os homens chegassem a esse conhecimento. Foi também o acaso, a que se devem geralmente todas as descobertas das grandes coisas, porque pode ter ocorrido que os homens, não distinguindo das pedras ordinárias as massas dos metais e tendo-os talvez aproximado do fogo para arrumar e segurar a lenha, tenham visto, com grande surpresa, que derretiam. Ou, enfim, os homens podem ter aprendido a arte de fundi-los e trabalhá-los com a própria erupção dos vulcões, que, às vezes, arrastam as lavas misturadas com metais derretidos. E, por isso, os povos que os mais antigos mitos e a história apresentam como trabalhadores de metais, talvez fossem os habitantes dos países em que ardiavam antigamente fogos naturais e vulcões.

Mas os homens não podiam saber que o ouro e a prata – que estão espalhados e escondidos em filamentos imperceptíveis no meio de pedras duríssimas, ou que estão misturados na areia em partículas minúsculas – se liquefaziam ao fogo, se amalgamavam e eram maleáveis, se já não conhecessem, com o descobrimento de outros metais, as propriedades específicas dessa classe de corpos. Por isso, sou da opinião de que os homens recolheram primeiramente o ouro nas areias dos rios, a maior parte dos quais, em todos os lugares, levam esse metal para o mar; e, em seguida, compreendendo que essas partículas, levadas pela água, eram resultado da erosão das montanhas, começaram, eles também, a escavar as montanhas e a ir pegar o ouro nos veios originários, onde ainda encontraram a prata, que quase sempre o acompanha.

O primeiro uso

Assim descobertos, foi a beleza singular e o brilho que tornaram esses metais tão prezados. E que os homens daqueles tempos remotos igualmente os apreciassem, pode-se compreender ao ver que ainda hoje os selvagens e os índios têm o mesmo comportamento. De fato, para saber a verdade do que se diz ter acontecido em séculos remotos, não há caminho mais fácil do que examinar os costumes atuais dos povos incivilizados e distantes de nós, produzindo a distância do lugar os mesmos efeitos que a diferença de tempo. E até poderíamos afirmar que, no presente século, coexistem todas as eras que se sucederam desde o dilúvio e que, ainda hoje, podem ser reconhecidas nos costumes de povos distantes. Ora, se não há atualmente nenhuma nação bárbara em que as mulheres, as crianças e os homens mais poderosos não adorem enfeitar-se, nem nunca falte em seus rústicos enfeites ouro e prata, quando os têm à disposição, o mesmo deve-se dizer dos primeiros homens. Em toda a América, antes do descobrimento, apesar de não se fazer nenhum uso de moeda, o ouro e a prata eram mais estimados do que todos os outros materiais, eram venerados como coisa sagrada e eram usados exclusivamente no culto às divindades e nos adornos do príncipe e dos poderosos.

Por meio de dois livros antiqüíssimos que nos restaram, o *Pentateuco* e os poemas de Homero, compreende-se que na Antiguidade eram prezados e usados da mesma maneira. Vê-se, em Homero, que todos os ornamentos dos comandantes de exército eram entremeados e, freqüentemente, cravejados com ouro e prata. Entretanto, é digno de observação que da prata se fale muitíssimo menos que do ouro, podendo-se deduzir, a meu ver, que naqueles tempos a prata era tão rara e estimada quanto o ouro, ou até mais. E isso, embora à primeira vista pareça uma coisa extraordinária, pensando bem, entende-se que não podia ser de outro modo. É preciso considerar que o ouro, dentre os metais que estão esparsos nas areias dos rios, é o mais abundante e a prata, ao contrário, nunca é encontrada. Por que se surpreender, então, que povos rudes, que extraíam a maior parte dos metais precisamente da areia, que de todas é a maneira mais fácil, tivessem menos prata do que ouro? Se assim ocorre também hoje em dia entre os bárbaros, será também verdade que em tempos remotos o ouro foi conhecido antes da prata. Por isso, a espada que o rei Alcínoo

fez Eurialo, autor da ofensa, apresentar ao ofendido Ulisses era de altíssimo valor, já que o punho era "cravejado de prata".

Primeiro comércio de metais na Ásia e na Europa

Mas enquanto os gregos eram ainda incultos, já a Ásia e o Egito eram mais civilizados e possuíam riquezas em abundância. Salomão, que abriu as portas do comércio do Oriente aos hebreus e os tornou comerciantes, trouxe para Jerusalém, com os seus navios, imensas riquezas de Ofir e de Társis.²⁰

Acredito que um desses lugares seja a costa oriental da África, o outro, a Espanha. Os fenícios e os tírios, assentados em solo estéril mas rico de portos seguros, não muito depois do tempo de paz e de opulência dos hebreus, que foi chamado por isso de "o século de Salomão", tiraram de todas as outras nações o domínio sobre o mar e sozinhos exerceram o comércio. Foram eles os primeiros que, tendo fundado numerosas colônias na Grécia, na Itália, na Sicília, na Espanha e até na Trácia, países, na época, repletos de minas riquíssimas em ouro e prata, começaram a trazer o ouro de lá para a Síria e para o Egito, e a trocá-lo por outras mercadorias. Nessa troca, devem ter-se dado conta bem cedo de que, sendo a qualidade do metal sempre a mesma, bastava tão-somente a razão do peso, ou seja, da quantidade, para estabelecer o seu valor. Uma vez que as extrações eram sempre iguais, a busca geral, a qualidade a mesma, e não sendo conhecidas então, naqueles rudes tempos, as artes da liga, nem havendo noção alguma da pequena diferença natural dos quilates, os povos que extraíam e trocavam metais devem ter estabelecido, por maior comodidade, certos pesos e medidas pelos quais pudessem avaliá-los. O que não podia de modo algum ser imitado pelos outros povos que produziam vinho, trigo, óleo (plantas, naqueles tempos, em alguns países tão especiais e raras, como são hoje a canela, o cacau e as especiarias), em razão da qualidade sempre variável da mercadoria. Não foi difícil, então, que, trocando-se os metais já divididos em quantidades precisas e pesadas, estas comesçassem a ser marcadas com

20. Também nos dias de hoje as minas mais ricas da África, que estão na costa de Sofala, dizem-se de Ophur. O que não sei se muitos perceberam.[N.d.A.]

algum sinal também pela autoridade pública que presidia às trocas e ao comércio nos mercados.

Esta é a introdução natural e verdadeira da cunhagem e da moeda. E talvez seja por isso que Heródoto atribui aos lídios a primeira invenção do cunho, pois eles recolhiam muito ouro em seus rios e o davam aos tírios e aos fenícios. Em seguida, passando destes para outras regiões, foi adquirindo aquela aceitação universal que o instituiu como moeda.

A narração desses fatos compõe toda a mitologia e as lendas sagradas da Grécia, que poderia ser definida, com razão, a história confusa das primeiras navegações e trocas feitas no Mediterrâneo, e dos saques e das guerras ocasionados pelo comércio. Entre aqueles séculos antigos e os nossos, a única diferença que encontro é a que se passa entre o grande e o pequeno. O que hoje é o Oceano, era então o Mediterrâneo, e *mundo* dizia-se unicamente das terras que eram banhadas pelo mar Mediterrâneo. A Espanha, que creio tenha sido a famosa Atlântida, tão celebrada pelos sacerdotes egípcios através de alusões obscuras, correspondia à nossa América; o Mar Negro e a Cólquida eram a atual Guiné; o Helesponto e a Trácia, a Índia. Os tírios, os sidônios, os cartaginenses eram o que são as potências marítimas e as repúblicas mercantis nos dias de hoje. O Egito e o Império Babilônico correspondem às nossas grandes monarquias, que em grande parte são abastecidas por povos comerciantes. Nas navegações e descobrimentos, os Hércules e os Ulisses de então encontraram, num espaço menor, os mesmos percalços que os nossos Colombos e Gamas. Os bois, os cavalos, as azeitonas, a videira, o trigo, as laranjas de então foram tirados dos seus países nativos e transplantados em outros lugares, como o são agora o café, o tabaco, as especiarias.²¹

Origem da moeda

Utilizou-se, portanto, o metal já pesado logo depois que se começou a fazer comércio com ele. E se o mesmo não ocorreu com os americanos, foi porque entre estes não havia esse tipo de comércio e de troca de mão em mão.

21. Cfr. a nota IV de Galiani à p. 357-358.

Seria muito difícil determinar a origem da moeda, caso se quisesse estabelecer uma diferença entre metal pesado e moeda ainda não cunhada. Os siclos de prata, lembrados desde o tempo de Abraão, e os talentos de ouro, a que Homero sempre alude, são com certeza nomes de pesos entre os gregos e os hebreus; mas isso não prova que também naquela época não fossem moedas, como se tornariam depois, uma vez que a libra e a onça, entre nós, são nomes de pesos que se atribuem também às moedas. E caso se queira, como é justo, considerar o metal já pesado e universalmente aceito como verdadeira moeda, podemos afirmar com certeza que na guerra de Tróia se utilizava o ouro e o cobre como moeda. Homero costuma designar os homens endinheirados como "ricos de ouro e de cobre". No tesouro de Ulisses, "estava amontoado muito ouro e cobre". Nem é de estranhar também que se chame a moeda pelo mesmo nome de seu metal, tanto é assim que é chamada *aes* pelos romanos, *kbalkòs* pelos gregos, *argent* pelos franceses.

A primeira moeda usada na Grécia foi, então, de ouro e de cobre, não podendo existir a de prata por causa da raridade deste metal. As moedas de ouro eram o talento e o meio talento, que freqüentemente são chamadas de *pánta*, que corresponde ao nosso "justo" e "transbordante". Usaram também como moeda de cálculo a palavra *bós*, que significa boi, quer que com os bois avaliassem todas as coisas, quer, como acredito, fosse esse um nome de moeda. Se foi moeda, certamente foi de ouro, uma vez que lemos no livro XXIII da *Iliada* sobre uma escrava, habilidosa e diligente, que era avaliada em não mais de "quatro bois". Essa maneira de avaliar persistiu durante muito tempo, já que sabemos que a viúva de Polidoro, rei de Esparta, vendeu sua casa avaliada dessa forma. Há também quem acredite que esse nome foi dado à moeda por levar impressa a efígie do boi. Tal opinião não me agrada, e estou mais inclinado a crer que nos primeiros tempos essa moeda, que talvez fosse o próprio talento, correspondesse ao preço de um boi, e os gregos antigos, como depois estabeleceriam os saxões em suas leis, avaliassem a própria moeda pelo gado; e só quando o metal se tornou mais abundante, ela passou a não mais corresponder a tal valor. Assim, a célebre hecatombe, nos tempos em que escrevia Homero, não devia mais denotar o número de cem

bois, mas devia ser o nome de um sacrifício, realizado às vezes também com cabritos e cordeiros.²²

Primeiras informações sobre a moeda cunhada

Mas nos tempos da guerra de Tróia, o Oriente também tinha começado a usar a moeda, com a diferença de que a moeda de prata foi empregada antes da de ouro, conforme as memórias que nos restam. Os siclos eram de prata, e a palavra hebraica *kesita*, que se encontra no *Gênesis*, no capítulo 33, e é traduzida como "cordeiro", é mais provável que designasse uma moeda de prata, assim chamada por seu valor antigo, que era igual ao de uma ovelha, e não pela efígie que levava impressa. Certamente, naqueles tempos, vivendo a grande maioria dos árabes e dos asiáticos de pastoreio, terão comparado o preço das coisas ao do seu gado.

Importa-me menos, no entanto, indagar a história das vicissitudes da moeda no Oriente do que nas regiões mais próximas das nossas, assim, limitando-me a estas, digo que a origem da moeda de prata na Grécia me é desconhecida. Sei que as minas dos cartaginenses, que Aníbal começou a cavar perto de Nova Cartago, foram riquíssimas de prata. Não o eram menos as de Láurio na Ática, que pertenciam a cidadãos atenienses; mas estas se escavaram em tempos mais recentes, visto que, nos tempos de Dario, a prata não se havia tornado ainda tão abundante na Grécia a ponto de valer menos que o ouro. Temos conhecimento disso pela descrição cuidadosa que faz Heródoto das ofertas feitas ao templo de Delfos e que serviram de base a grande parte da sua história nas tradições daqueles sacerdotes. Por outro lado, porém, deve-se tomar por lenda que um tal Filipe, rei da Macedônia, ao dormir, guardava uma copa de ouro, como objeto raríssimo, embaixo do travesseiro; que os espartanos, querendo dourar o rosto de uma estátua de Apolo, não conseguiram encontrar em toda a Grécia ouro suficiente; que Hierão, primeiro rei de Siracusa, só conseguiu o ouro para fazer uma estatueta com Árquias coríntio.

Essa raridade, como já disse, é excessiva e falsa, uma vez que Heródoto, ao enumerar as riquezas que viu em Delfos, afirma ter Creso doado sozi-

22. Cfr. a nota V de Galiani à p. 358-359.

nho ao oráculo cento e dezessete lingotes de ouro, cujos lados mais longos mediam seis palmos e os mais curtos três, com a altura de um palmo, e dos quais quatro eram de ouro fino, com o peso de dois talentos e meio cada um, e todos os restantes eram de ouro branco, ou seja, de baixo quilate. Doou ainda um leão de ouro puro de dez talentos; duas bacias, uma de ouro e uma de prata, aquela com o peso de oito talentos e meio, esta com a capacidade de seiscentas ânforas; quatro jarros grandes de prata, e muitos outros presentes ainda. A Anfiarau, seu amigo, doou um escudo e uma haste inteiramente de ouro. Dessas narrações mais verídicas torna-se manifesta a abundância, ou pelo menos a quantidade mediana, dos metais preciosos naquele tempo.

Situação dos metais preciosos e da moeda depois de Alexandre

Essa mesma situação se manteve até Alexandre. Abertas, graças a ele, as portas do Império Persa e das Índias e mudado o aspecto do mundo inteiro, o comércio fluiu por outros canais; e a Grécia, a Síria e o Egito encheram-se de riquezas muito maiores. Isso pode ser constatado quando se lê sobre a suntuosidade de seu funeral e, muito mais, sobre a coroação de Ptolomeu Filadelfo, que ainda hoje nos causa estupefação e incredulidade.

Roma, no entanto, absorveu e devorou essas riquezas todas, a mesma Roma que, nascida pobre, aguerrida pelas discórdias, crescida lentamente no meio de armas e costumes severos, depois se deixou sufocar pelas próprias riquezas e pelo luxo. E assim, com a continuada devassidão dos costumes e a inércia de seus príncipes, extinguiu aquelas virtudes que havia conservado durante tantos séculos. Os triunfos de Paulo Emílio, de Luculo e de Pompeu foram os amplos rios de ouro e de prata em que nadou Roma, e a encheram de tamanha riqueza, que, com certeza, foi maior que aquela que conseguiu obter até agora qualquer outra cidade, mesmo depois do descobrimento da Índia. Tais fatos nos fazem perceber a diferença entre aqueles séculos e os nossos: naquela época as riquezas eram companheiras das armas e obedeciam às vicissitudes destas, hoje o são da paz; naquela época os povos mais valorosos eram os mais ricos, hoje os mais ricos são os menos belicosos e os mais pacíficos. E isso se deve ao fato de que, hoje, a guerra exige outras virtudes.

Situação da moeda em Roma

Mas, para dizer algo mais específico sobre a história da moeda entre os romanos, é preciso saber que Roma, no começo, só tinha moeda de cobre, que Sêrvio Túlio cunhou e chamou de *pecunia*. Não que eles não conhecessem a moeda de ouro e de prata, mas não era sua, pois a obtinham dos vizinhos etruscos, povo poderoso, culto, ativo e, sem dúvida alguma, vindo do Oriente. No ano de 484 da sua fundação, foi cunhada a primeira moeda de prata e, sessenta e dois anos depois, a de ouro. No entanto, nas calamidades que a República sofreu durante as Guerras Púnicas, o preço do cobre sofreu variações tão extraordinárias, que se chamou de *as* a uma porção de cobre que correspondia tão-somente à vigésima-quarta parte do antigo. Mudança realmente enorme, se tivesse acontecido às coisas o mesmo que às palavras. Mas como as mercadorias não mudaram o seu valor intrínseco, seu preço foi variando de acordo com a variação dos nomes. Mesmo o valor da prata em relação ao cobre mudou muito. Depois dessas mudanças, poucas outras foram feitas pelos romanos, e somente os imperadores que se sucederam a Pertinaz corromperam a moeda, sem ordem nem regra, adulterando a boa qualidade dos quilates.

Mas depois que, pela mudança dos costumes e das crenças antigas, começou o declínio da grandeza e da virtude do Império Romano, aos poucos viu-se diminuir a abundância de ouro e de prata. Isso porque os bárbaros eram repelidos não mais pelo ferro e pela força, mas eram mantidos afastados das terras romanas pelo ouro e pelos tributos. Assim, esses metais espalharam-se pelas vastas regiões setentrionais e, dispersando-se, foram acabando. E diminuíram ainda mais quando os bárbaros invadiram e arruinaram o Império, pois durante as devastações e os saques das cidades grande quantidade de metal foi enterrada, outro tanto foi destruído e disperso. E nem foi possível recuperá-lo com o comércio, que já havia sido interrompido e extinto.

Situação dos séculos bárbaros

Por conseguinte, nos séculos IX e X, quando, depois do período de grandeza, as nossas províncias voltaram ao mesmo estado de barbárie e de

pobreza em que se encontravam nos tempos próximos ao dilúvio, o ouro tornou-se de novo muito raro e o valor das coisas pareceu, portanto, muito baixo. O que não teria acontecido se os romanos, da mesma forma que aumentaram o valor da moeda, o tivessem também reduzido. Mas eles, insistindo em manter o mesmo valor depois de aumentado, quando a moeda voltou a escassear, acabaram por baixar os preços das mercadorias. Dessa situação de pobreza resultaram os ordenamentos do governo daqueles séculos, e principalmente as leis feudais, a vassalagem, a escravidão, as penas pecuniárias, os censos, as décimas e outros costumes semelhantes. De fato, os soberanos e os senhores não tinham outra maneira de cobrar os impostos a não ser na forma de serviços pessoais ou frutos da terra.

Em tal situação, labutando, destruindo-se e saqueando-se uns aos outros, os homens viveram miseravelmente até o século XIV. Isso prova como a nossa avidez, quando perturba os ordenamentos do governo, nos empobrece a todos sem enriquecer a ninguém; mas quando é refreada pelas normas civis, ela faz que os Estados enriqueçam e cresçam em força e felicidade. É, então, no século XV, antes ainda do descobrimento das Índias, quando se começou a viver mais sob o domínio das leis, que o ouro e a prata voltaram a aparecer em maior quantidade.

Descobrimto das Índias e conseqüências para os metais

Mas, chegado o ano da Graça de 1492, o genovês Cristóvão Colombo, ao descobrir a Nova Índia com navios espanhóis, e os portugueses, ao estenderem ao mesmo tempo o comércio até a costa da Guiné e do Ouro, abriram novo caminho para que a Europa pudesse adquirir grandes quantidades de ouro e de prata. Em poucos anos, retiraram da América todo o metal que os nativos haviam juntado durante séculos, numa quantidade presumivelmente enorme. Foi então que, abrindo o campo às iniciativas dos súditos e à avidez dos príncipes, sem que precisassem espoliar-se uns aos outros, esperaram todos poder enriquecer. Voltando-se os espíritos a pensamentos pacíficos, começou-se a empregar tais tesouros, que antes eram consumidos nas armas e nas guerras, para a construção de navi-

os, de colônias, de portos, de fortalezas, de armazéns e de estradas. Aqueles homens que antes, para tentar a sorte, se alistavam nas armas, naquele tempo lançaram-se todos ao mar, em viagens, descobrimentos e conquistas do Novo Mundo, com um incrível fervor. Tal coisa, ao mesmo tempo que para os índios inocentes resultou em saques, escravidão, chacinas e desolação, na Europa, já toda revivificada pelo comércio, pelas companhias e pelas manufaturas, favoreceu a paz e costumes mais humanos, progresso nas artes, luxo e magnificência, permitindo que se acumulassem riqueza e prosperidade surpreendentes.

Desapareceu entre nós o bárbaro uso de escravos, pois se tornaram nossos escravos os índios e os negros da África, tratados com maior crueldade ainda, já que é verdade, se se reflete bem, que um povo não pode enriquecer sem tornar outro pobre e infeliz. E como os romanos, com as conquistas da Espanha, da Gália e da Alemanha, fizeram prosperar a Itália, assim nós, embora não nos consideremos conquistadores tão cruéis quanto os romanos, enriquecemos todavia à custa das misérias alheias; ainda que, pela grande distância dos lugares, não nos firam os olhos as calamidades que, na América, sofrem as vítimas infelizes do nosso luxo, e, por conseguinte, nos persuadamos de que sejam as manufaturas e o comércio inocente a nos dar os lucros.

As riquezas, vindas da Índia, inicialmente escoaram quase todas para a Espanha, a que se uniu também Portugal; mas bem cedo as calamidades daquela nação fizeram com que passassem para outros lugares. E, no entanto, a quantidade era tamanha e todas as coisas haviam encarecido de tal forma, que certamente não se continuaria a explorar por mais tempo ainda as minas da Índia para extrair nova quantidade de metais nobres, se não se abrisse inesperadamente um amplo canal para o seu curso.

Escassez de metais na Índia antiga

A Índia antiga, em todos os tempos, necessitou mais do que nós de ouro, e mais ainda de prata, que os nossos mercadores levavam para ali a fim de ter ganhos. Nos tempos de Plínio era assim. Sabemos isso através dele, pois diz: "A coisa é digna de atenção porquanto todos os anos a Índia retira do nosso Império não menos de cinquenta milhões de

sestércios".²³ Giovanni Villani²⁴ diz do ouro que "os mercadores, para lucrar, o juntavam e levavam além-mar, onde era muito procurado".²⁵ Nas notas de Uberto Benvoglianti²⁶ à *Crônica Senense* de Andrea Dei,²⁷ no ano de 1338, encontra-se registro do comércio com a Síria feito por Benuccio di Giovanni Salimbeni, camerlengo de Siena, homem já muito rico na sua condição de simples cidadão, nestes termos: "Este Benuccio, no ano seguinte, em 1338, juntara grande quantidade de prata e de cobre, e, tendo chegado, como de costume, a Porto Ercole, o grande mercador da Síria com bastantes artigos de sedas, eles foram todos comprados pelo tal Benuccio e pagos com prata e cobre".²⁸ O valor total chega a cento e trinta mil florins de ouro; e isso é curioso de ler e digno de reflexão, pois passamos a saber o quanto da nossa moeda o Oriente absorvia. Mas tal comércio, como devia ser realizado em parte por terra e entre pessoas inimigas e rapaces, não era muito freqüente, e era realizado só pelos italianos.

No ano de 1497, o português Vasco da Gama passou o Cabo da Boa Esperança, que Bartolomeu Dias havia descoberto pouco tempo antes; e, chegado ao Oriente, com o seu exemplo e com as conquistas feitas em seguida, abriu para toda a Europa um comércio mais fácil e ativo com aquelas regiões. A Índia, pobre de prata, logo absorveu aquela quantidade excessiva que estagnava na Europa. Por causa disso, o valor dos metais entre nós não diminuiu proporcionalmente à quantidade advinda da América, mas muito menos, já que, sendo as leis do movimento da moeda semelhantes às das águas correntes, quanto maior for a extensão de terra na qual a moeda se expande, tanto menor será, em cada lugar, a quantidade, e mais baixo o valor dela.

23. *História natural*, VI, 26, 101.

24. Giovanni Villani (1280-1348), famoso cronista florentino, autor da *Novena Cronica* [Nova crônica].

25. *Crônica*, XII, 96.

26. Uberto Benvoglianti (1668-1733), erudito, colaborador de L.A. Muratori na parte senense da obra *Escritores da história itálica*.

27. Andrea Dei (séc. XIII-XIV), cronista da cidade de Siena, autor de uma sucinta *Cronaca senese*, que compreende os anos de 1186 a 1348.

28. Em *Escritores da história itálica*, XV, 95, n. 46.

Atual circulação dos metais preciosos

Esse estado de coisas permanece até hoje. A Nova Índia²⁹ nos manda os metais; nós consumimos grande parte deles com o luxo; um pouco é empregado para aumentar a quantidade da moeda, já que ela vai sempre, embora imperceptivelmente, perdendo valor; muito é retido em forma de utensílios; o restante é enviado para a velha Índia, que nos dá em troca muitas coisas úteis para a vida: especiarias, tecidos, telas, salitre, madeiras para tingir, marfim, gemas, porcelanas, mas, principalmente, café, chá, remédios.

Há muitas pessoas sérias que deploram essa maneira de utilizar os metais preciosos como se se tratasse de uma perda de riqueza, tão fácil é acreditar, erroneamente, que a riqueza seja algo absoluto e não, como de fato é, uma relação que muda de acordo com a variação da quantidade. Entretanto, não seria difícil compreender que o ouro e a prata, se não fossem usados de algum modo, não seriam mais riqueza; e que, quando se tornassem abundantes como é hoje o cobre, teriam o mesmo valor deste. Poder-se-ia assim entender quão sensatos e previdentes são os homens, quando, depois de se prover de ouro e de prata o suficiente para o comércio e para o luxo, dão o restante aos povos que mais precisam de metais e o convertem em outros bens. Convém, portanto, considerar com maior atenção as ações dos homens, e quando se trata de examinar a conduta de nações inteiras, ser mais cauteloso em julgar e muito menos precipitado em corrigir.

Efeitos que produz a quantidade dos metais quando diminui o trabalho nas minas

As minas da América são bem mais ricas do que as que a Europa tem hoje, ou seja, com igual trabalho obtém-se uma quantidade maior de metal. Decorre disso que pouco ou nada se trabalhe nas minas da Europa. É certamente, se não houvesse um consumo tão grande de metais, mesmo na América escavar-se-ia muito menos. Pois se deve levar em conta que, quanto maior for a quantidade dos metais, tanto menor se tornará o número das minas aptas a ser exploradas, porquanto não é suficiente que

29. As Índias Ocidentais, as duas Américas.

um país possua muitos veios de metal, mas é preciso que seja vantajoso explorá-los. Ora, como geralmente o ouro e a prata se encontram em pequenas quantidades entre camadas de pedras duras e difíceis de ser trabalhadas, e como quase sempre se amalgamam a outros metais e substâncias impuras, eles requerem muito trabalho e grande despesa, seja pelo ar mortífero das minas, cavadas todas por negros comprados a preços muito altos, seja pelo argento-vivo que se despeja no mineral. E não são todos os veios, em toda a sua extensão ou comparados uns aos outros, igualmente ricos. Assim, se cem anos atrás, por exemplo, havia duzentos veios de prata na Cordilheira dos Andes, que produziavam cinco onças de prata pura por carreta (cujo volume é de cinco mil libras de mineral), e destas cinco onças, gastando-se duas nos custos, sobravam três de ganho para o patrão, hoje, não é mais vantajoso explorar esses veios, uma vez que, tendo dobrado a quantidade da prata e diminuído, portanto, o seu valor pela metade, o trabalho de uma carreta passaria a custar cinco onças de prata.

É essa a verdadeira causa pela qual os acadêmicos das Ciências da França, quando foram fixar o grau do meridiano perto do equador, encontraram por toda parte, e principalmente na Tierra Firme e na parte norte do Peru,³⁰ onde as minas de ordinário são menos ricas que as da parte sul de Potosi, da Argentina e do Chile, uma decadência geral e um estado de abandono nas minas, e ainda um número considerável de lugares que testemunhavam, pelos sinais evidentes das ruínas das edificações, os antigos trabalhos. Além disso, o que lhes pareceu mais estranho, encontraram, em Quito, um horror generalizado e um verdadeiro ódio a esse tipo de atividade, e repararam que todos aqueles que a empreendiam eram considerados loucos, da mesma forma que, não muito tempo antes, eram tidos como tais aqueles que não queriam trabalhar nisso. E tal atitude, que erroneamente os acadêmicos atribuíram à parvoíce e à preguiça natural, creio que seja um sinal e um aviso de que aquelas populações, deixando de trabalhar nas minas que despovoam e destroem aquelas regiões, queiram começar a melhorar a sua condição. Nós, então, é que seremos chamados de bárbaros por elas.

30. Trata-se da expedição formada por cientistas da Academia das Ciências de Paris, chefiados por Charles-Marie de La Condamine e Pierre Bouguer, que foi ao Peru em 1735. A *Tierra Firme* corresponde mais ou menos à área da atual Venezuela.

Equilíbrio no qual se mantém naturalmente o valor dos metais preciosos

Por outro lado, é infundado o receio de grande número de autores de que um dia o ouro e a prata se tornarão abundantes tanto quanto o cobre. Tal coisa poderia ocorrer num único caso: que se encontrassem minas tão ricas desses metais como as de ferro e de cobre. E isso não parece corresponder à ordem natural das coisas, porque as minas mais ricas de prata e de ouro não rendem senão doze ou quatorze onças por carreta. Nem devem ser levados em conta, por serem muito raros, aqueles trechos de veios que chegaram a render, às vezes, até cem onças. Nem devemos temer que, diminuindo o luxo com a força das leis e do exemplo, os metais se tornem muito abundantes, porque, então, se extrairia uma quantidade menor deles e continuaria a circular sempre, mais ou menos, uma quantidade pequena.

Vê-se, portanto, que a natureza impõe às coisas certos limites, que elas nunca ultrapassam, e, como não avançam até o infinito, se repetem perpetuamente.

Reflexão sobre o valor das moedas antigas

Eis apresentadas brevemente as várias vicissitudes pelas quais passou a moeda. Restaria falar ainda do valor das moedas que se usaram em todos os tempos. Em tão árdua tarefa é incrível ver quanto pensaram homens de grande engenho e, principalmente, os eruditos humanistas, que se esforçaram muito para compreender as obras antigas dos gregos e dos romanos sobre a moeda. Destacam-se sobre os outros Budé, Gronovius e Sardi.³¹ Mas causa espanto e é quase inacreditável que homens de tão grande saber mostrem não se ter dado conta do tempo e do trabalho que eles gastavam

31. Guillaume Budé (1467-1540), autor do célebre tratado *De asse et partibus eius* [Do asse e suas partes], (1514), onde explica o sistema das moedas romanas; Johann Friedrich Gronow (Gronovius), (1611-1671), filólogo e erudito, autor de uma importante obra de numismática, o *Comentarius de sestertii, seu subsecivorum pecuniae veteris graecae et romanae* [Comentário sobre os sestércios, ou das partes que restam da antiga moeda grega e romana], (Amsterdã, 1656); Alessandro Sardi (1520-1588), erudito ferrarense, que publicou em 1579 o *Liber de nummis, in quo antiqua pecunia romana et graeca metitur precio eius quae nunc est in usu* [Livro das moedas, no qual se avalia a antiga moeda romana e grega segundo os valores em uso atualmente].

inutilmente. Uma coisa é saber quanto pesam as moedas antigas, outra, quanto valem. Conhecer o peso é fácil, porque guardamos ainda hoje muitas moedas antigas bem conservadas, mas o valor é a equiparação da moeda com as outras coisas. Com efeito, como as outras coisas são todas avaliadas com base na moeda, da mesma forma a moeda é medida com base nas outras coisas.

Esta medida varia não somente a cada século, mas quase a cada ano. O próprio *as* de uma onça, nos primeiros tempos das Guerras Púnicas, não tinha o mesmo valor que nos tempos de César, pois nos tempos das Guerras Púnicas, com um *as* dava para comprar o que os soldados de César poderiam comprar somente com quatro. Da mesma forma, em séculos mais recentes, o florim florentino pesava sempre uma dracma, ou seja, a oitava parte de uma onça de ouro puro; mas mesmo os mil florins, dos quais fala Giovanni Villani, têm valor muito diferente dos mil florins de hoje. É de se rir, então, daqueles historiadores modernos que, convertendo os talentos e os sestércios antigos em libras francesas ou em nossos ducados conforme a igualdade de peso, acreditam ter possibilitado a seus leitores conhecer o estado das coisas como as entendia o historiador da época.

Para conhecer, de modo geral, o valor das moedas, essas informações são úteis; ajuda mais, contudo, ler aquelas narrações que nos descrevem os costumes antigos. É verdade que os historiadores, quase satisfeitos de ter avaliado os preços com as moedas de seu tempo, não se preocupam em transmitir as informações a que me refiro, quer dizer, qual era o valor, naqueles tempos, do trigo, do vinho, dos operários; mas, às vezes, o fizeram inadvertidamente. E essas notícias esparsas devem ser reunidas com muita diligência.

Na dissertação XXVIII³² de Muratori, *Antiquidades itálicas*, encontram-se algumas descrições sobre a maneira de viver dos antigos habitantes de Parma, Placência e Módena, que certamente revelam a verdade da história melhor do que o peso das moedas. Por isso, não cuidarei em conhecer os pesos e o suposto valor das moedas, antigas e novas, e recomendo aos meus leitores que levem sempre em conta o valor das mercadorias, para, dessa forma, conhecerem o verdadeiro valor da moeda.

32. *Dissertatio XXVIII: De diversis pecuniae generibus quae apud veteres in usu fuisse* [Dissertação XXVIII: Dos diversos gêneros de moeda que foram usados pelos antigos].

CAPÍTULO II

Exposição dos princípios de onde nasce o valor de todas as coisas. Da utilidade e raridade, princípios estáveis do valor. Resposta a muitas objeções

Varietade de opiniões acerca do valor natural dos metais

A posse do ouro e da prata, de que a moeda mais preciosa se compõe, foi, em todos os tempos, e ainda é, a meta última dos desejos da maior parte dos homens ou objeto de desprezo e desdém de uns poucos que se arrogam o nome venerando de sábios. Desses sentimentos opostos, se o primeiro é muitas vezes mesquinho ou desmedido, o segundo é, na maioria das vezes, injusto ou pouco sincero. Portanto, prezando-os, uns em excesso, outros, pouco, ninguém chega a julgar ou pensar corretamente a respeito do valor desses metais. Sabe-se que um número muito grande de pessoas está persuadido de que seu valor é simplesmente fictício e arbitrário, e que tem origem num erro popular, fruto da nossa educação; e por isso sempre lhe dão os apelidos injuriosos de loucura, desvario, engano e vaidade. Há quem, mais discreto, acredite que os homens, ao resolverem usar a moeda, convencionaram que se atribuísse aos metais escolhidos para esse fim um valor que eles não tinham. São pouquíssimos os que reconhecem que eles já têm, pela sua própria natureza e pelas inclinações dos homens, a estima e o valor fixados e estabelecidos de maneira constante.

Quão necessário seja determinar essa verdade antes de prosseguirmos, poderá percebê-lo o próprio leitor, vendo que a cada passo, ao tratarmos do valor extrínseco, do aumento do valor da moeda, do juro, do câmbio e da justa quantidade da moeda, sempre haveremos de nos ater a um determinado valor intrínseco e natural.

Concepção de Aristóteles

Aristóteles, certamente um homem de grandíssima e maravilhosa inteligência, no livro V da *Ética*, no capítulo V, em que expôs muitas e belas considerações, pensou assim a respeito da natureza da moeda: "A moeda foi instituída por convenção, e por essa razão ela é chamada de *nómisma*, ou seja, pela lei, porque justamente tem valor por lei e não por natureza, e porque está em nosso poder modificá-la e torná-la sem valor". E na *Política*, no livro I, capítulo IX, repete a mesma coisa.

Ora, se esse filósofo foi seguido em seus ensinamentos além do devido, com grande prejuízo para nós, em nenhum outro o foi como neste. Assim, pode-se ver que o bispo Covarrubias, seguindo seu mestre, argumenta desta forma:

Se as moedas adquirem valor não pela própria natureza, mas pela decisão do príncipe, e podem, portanto, por decreto desse mesmo príncipe ser destituídas desse valor, isso significa sem dúvida alguma que se estima não tanto o valor material do metal, ouro ou prata que seja, quanto, pelo contrário, a moeda enquanto tal; porque se fosse o material do metal a ser tão estimado, teria o seu valor não por lei, mas por natureza.³³

E raciocinam de forma semelhante os aristotélicos, os quais constituem, pode-se dizer, o conjunto dos moralistas e dos juristas. Que tais conseqüências sejam justas, tomando por verdadeiro aquele princípio, é evidente. Que possam ser fatais e que possam causar muitos sofrimentos,

33. Diego Covarrubias y Leiva (1512-1577), docente de direito canônico em Salamanca, bispo de Segóvia e presidente do Conselho de Castela. Galiani refere-se ao capítulo VII da *Veterum collatio numismatum, cum his quae modo expenduntur* [Comparação das moedas antigas e sua avaliação] (1556), reimpressa várias vezes.

mentos a um povo, gostaria que não fosse a própria experiência a demonstrá-lo. Mas não se pode contradizer essas opiniões sem lhes destruir a base. Por isso, não sei nem consigo entender como foi que John Locke, Davanzati, Broggia, o autor da obra *Sobre o comércio*³⁴ e o autor de *O espírito das leis*,³⁵ acompanhados de muitos outros, sem negar o primeiro princípio, possam ter opinião contrária e construído um edifício sólido com base num fundamento falso, sem ter percebido nem a fraqueza deste nem a vacilação daquele.

Por essa razão, eu, antes de mais ninguém e com todo o meu empenho, procurarei demonstrar o que acredito há muito tempo, ou seja, que não somente os metais de que se compõe a moeda, mas toda e qualquer coisa deste mundo, sem exceção alguma, tem o seu valor natural assentado em princípios certos, gerais e constantes; que, nem o capricho, nem a lei, nem o príncipe, nem qualquer outra coisa podem violar esses princípios e seus efeitos; e, por fim, que os homens, na avaliação, como dizem os escolásticos, *passive se habent*.³⁶ Assentado sobre essas bases erguer-se-á qualquer edifício, que durará para sempre.

O leitor deverá perdoar-me se me alonguei demais sobre a importância dessa matéria e, se quiser incriminar-me por isso, culpe antes o número infundável de escritores que, ou não chegaram a conhecer essa grande verdade, ou não quiseram, como convinha, demonstrá-la.

Definição do valor

Muitos definem o valor das coisas (pois que também estou tratando de modo geral delas todas) como a estima que os homens têm por elas; mas essa definição talvez não desperte uma idéia mais clara e distinta do que são capazes as anteriores. Por isso, poder-se-ia dizer que a estima, ou seja, o valor, é a *idéia da relação entre a posse de uma coisa e a de outra na mente dos homens*. Assim, quando se diz que dez estaios de trigo valem tanto quanto um barril de vinho, expressa-se uma relação de igualdade entre possuir uma coisa ou outra, de modo que os ho-

34. Cfr. as notas I e II de Galiani à p. 355-356.

35. Charles-Louis de Montesquieu.

36. "Devem-se considerar meras passividades."

mens, sempre muito atentos para não ser espoliados dos seus próprios bens, trocam uma coisa pela outra, porque na igualdade não há perda nem engano.

Diferenças de valor, consequência de tal definição

Do que acabo de dizer, pode-se compreender que, sendo diferentes as inclinações dos espíritos humanos e diferentes as necessidades, o valor das coisas também varia. Ocorre assim que algumas coisas, sendo de modo geral mais apreciadas e procuradas, possuem um valor que se chama corrente; outras são avaliadas somente em função do desejo de quem almeja possuí-las e de quem as dá.

Elementos que compõem o valor

O valor é, portanto, uma relação e esta é composta de dois elementos, que chamo de *utilidade* e *raridade*. O que entendo com isso, para que não se discutam nomes, irei demonstrá-lo através de exemplos. É evidente que o ar e a água, que são elementos utilíssimos para a vida humana, não têm valor algum, porque não são raros; e, ao contrário, um saquinho de areia das praias do Japão é uma coisa rara, mas, não tendo nenhuma utilidade específica, não tem valor.

A esta altura já sei que alguém me perguntará que grande utilidade eu vejo em muitas mercadorias que têm preço altíssimo. E como essa objeção, natural e freqüente, faz supor que os homens sejam tolos e insensatos, e, ao mesmo tempo, destrói os fundamentos da ciência da moeda, será necessário tratar mais amplamente da utilidade das coisas e de como ela é medida. Se não houver princípios seguros que determinem a utilidade, não os haverá nem para os preços das coisas; e não haverá mais ciência da moeda, porquanto não há ciência onde não houver demonstração e certeza.

Verdadeira definição de utilidade

Chamo de *utilidade* a capacidade que tem uma coisa de nos proporcionar felicidade. O homem é um composto de paixões que o movem com

forças desiguais. O prazer é a satisfação das paixões; conseguir o prazer é a felicidade. E como não sou epicurista nem quero parecer tal, seja-me permitido explicar bem esse assunto, mesmo que me afaste da discussão iniciada.

É preciso observar que a satisfação de uma paixão que excita e perturba uma outra não é prazer completo; pelo contrário, se a perturbação que ela causa for maior do que o prazer, convém desprezá-la como verdadeiro mal e dor. Se a dor for menor do que o prazer, poderá ser um bem, mas incompleto e diminuído. Assim andam as coisas em relação aos prazeres desta vida, considerada em termos absolutos, como se estivesse incluída aí a vida eterna. Sabemos, graças à Providência, que depois desta vida teremos outra, cujos prazeres e dores estão estritamente ligados às ações da primeira. Portanto, sem desmentir o que disse, os prazeres desta vida, aqueles que não impedem a felicidade na outra, são perfeitos e verdadeiros; mas aqueles que causam sofrimento na outra vida – uma vez que a desproporção entre os prazeres e os sofrimentos de uma e de outra é infinita –, mesmo que o deleite daqui seja tão grande quanto se queira e o mal de lá pequeno, serão sempre prazeres falsos e enganadores. Se esse esclarecimento, que nem ocupa muitas linhas, fosse aceito por todos, a antiquíssima querela entre epicuristas e estóicos sobre o conflito entre volúpia e virtude não teria existido: ou os estóicos estavam errados, ou se deveria reconhecer que se tratava de uma disputa insensata apenas sobre palavras. Volto ao ponto onde comecei.

É útil tudo aquilo que proporciona um prazer verdadeiro, isto é, satisfaz o estímulo de uma paixão. Ora, as nossas paixões não são tão-somente desejo de comer, beber e dormir; essas são apenas as primeiras e, uma vez satisfeitas, nascem outras igualmente fortes. Com efeito, o homem é constituído de tal forma que, logo que aplacou um desejo, lhe desponta outro que o estimula com força igual ao do primeiro; e assim ele é mantido perpetuamente em movimento, sem nunca chegar a ficar de todo satisfeito. Por isso, é falso que só são úteis as coisas que respondem às primeiras necessidades da vida; nem podem existir, entre as coisas de que necessitamos e as outras, um limite e fronteiras precisas, pois é verdade que, logo que obtemos uma coisa, se passa a não ter mais necessidade dela e, então, a desejar e ter necessidade de outra.

Quais são as coisas mais úteis no entendimento dos homens

Mas dentre todas as paixões que surgem na alma dos homens, quando já estão satisfeitas as que são comuns aos animais e que regem a conservação do indivíduo ou das espécies, nenhuma é tão veemente e forte para mover o homem quanto o desejo de se distinguir e de ser superior aos outros. Esta paixão, sendo primogênita do amor-próprio, isto é, do princípio de ação que existe em nós, supera todas as outras e faz com que aquelas coisas que servem para satisfazê-la tenham o máximo valor, e que se subordinem à aquisição delas todos os outros prazeres e, freqüentemente, até a segurança da própria vida. Se os homens, pensando e comportando-se dessa forma, estejam agindo corretamente, julgue-o cada um. É certo, contudo, que o fato de os homens comprarem comida quando não a têm, não é mais razoável do que o de comprarem um título nobiliárquico quando de comida já estejam saciados, pois se a vida é miserável e infeliz quando estamos sem comer, é igualmente infeliz quando não somos apreciados e respeitados. E, às vezes, essa infelicidade é tão grande, que preferimos morrer ou correr risco de vida ao invés de viver infelizes sem o respeito dos outros. O que é mais justo, então, do que procurar obter, mesmo com trabalho e com um grande e longo esforço, uma coisa que nos é de grande utilidade, pois nos proporciona muitos e grandes prazeres?

Censurar que se sinta prazer com a estima e o respeito dos outros, equivale a condenar a nossa natureza, que nos deu tal inclinação, e não a nós mesmos, a quem tal inclinação foi dada sem que possamos eliminá-la; e dela, como da fome, da sede e do sono, não devemos nem podemos prestar contas a ninguém. E se certos filósofos mostraram não levar em conta a estima dos outros e menosprezaram as riquezas e as honras, e se disseram ter feito isso porque não lhes causava prazer a veneração dos outros, eles estavam mentindo, uma vez que a única razão de o dizer e sustentar era a certeza que eles tinham de ser aprovados e aplaudidos pelo povo³⁷ por demonstrarem acreditar nisso e agir de forma conseqüente.

37. Sabe-se que Diógenes vivia num fausto maior que o de Platão. [N.d.A.]

Paixão dos homens pelo luxo

Por isso, então, as coisas que nos granjeiam respeito são, merecidamente, de altíssimo valor. São desse tipo os cargos honoríficos, os títulos, as honras, a nobreza, o comando, que, na maioria dos casos, pertencem ao conjunto das coisas imateriais. Vêm logo em seguida alguns objetos que, por sua beleza, foram apreciados e procurados pelos homens em todos os tempos; e aqueles que tiveram a sorte de possuí-los e de usá-los para se enfeitar foram admirados e invejados. São estes as gemas, as pedras raras, algumas peles, os metais mais belos, isto é, o ouro e a prata, e algumas obras de arte de grande beleza e fruto de muito trabalho. Em razão de uma certa maneira de pensar comum a todos os homens, que têm consideração pelos adornos das pessoas, esses objetos acabam conferindo aos que os possuem aquela superioridade que, como disse, é fonte do mais intenso prazer. Seu valor, por isso, é merecidamente grande; e é verdade, infelizmente, que os próprios reis devem a maior parte da veneração dos súditos àquele aparato exterior que sempre os acompanha, sem o qual, embora mantendo as mesmas qualidades de espírito e a mesma autoridade de antes, vêem tal reverência diminuir sensivelmente. E, por isso, os governantes que têm menos força e autoridade cuidam bastante da pompa exterior, buscando assim dirigir as opiniões dos homens, para os quais, muitas vezes, a majestade e a magnificência não é senão um nada engrandecido, que se chama *formalidade*, um termo derivado da escolástica e muito bem acertado, e que significa *id quod non est, necque rabil, necque aliepiud*.³⁸

Paixão das mulheres pela beleza e como isso é razoável

Se já nos homens o desejo de aparecer os faz amar estas raras e belas produções da natureza, nas mulheres e nas crianças, a vividíssima paixão de parecer belas as faz apreciar tais objetos no mais alto grau. As mulheres, que constituem a metade da espécie humana e parecem destinadas, todas ou em grandíssima parte, exclusivamente à procriação e à educação, não têm outro valor ou mérito a não ser em virtude do amor que despertam nos homens; e como esse nasce quase totalmente da beleza, elas dispensam o maior cuidado em parecer belas aos olhos dos homens. E que para isso os adornos muito con-

38. "O que não é, nem nada, nem alguma coisa."

tribuam, não há como não admiti-lo. Ora, se o valor das mulheres advém do fato de serem amadas, e portanto da beleza, que aumenta com os adornos, há razões mais que suficientes para que elas os tenham em altíssima conta.

Adornos das crianças

Com relação às crianças, pode-se dizer que elas são a preocupação mais terna dos pais; e os homens não sabem manifestar seu carinho de outra forma a não ser tornando lindo e gracioso a seus olhos o objeto amado. Ora, o que não é capaz de fazer um homem quando é movido pelo desejo de satisfazer a mulher e de tornar os filhos mais belos? Foi por essa razão que, apesar da grande dificuldade, se extraíram os mais belos metais, primeiro das areias dos rios, depois das entranhas da terra. E é por isso também que as mesmas nações que são tidas como ricas nesses metais, como os mexicanos e os peruanos, além das gemas, apreciavam mais que tudo o ouro e a prata. E se gostaram das nossas bagatelas de vidro e de aço, isso mais confirma do que desmente o que disse antes, pois foi a beleza dos nossos trabalhos que os cativou. Com efeito, não é pelo fato de a beleza do vidro e do cristal resultar da arte e não da natureza que o valor se altera, mas sim porque a raridade varia. Mas como os americanos ignoravam tal verdade, não se pode tomar isso como argumento contrário à minha tese.

Responde-se à objeção comum a respeito da inutilidade de muitas coisas a que se confere valor

Mas a maioria dos homens, tal como Bernardo Davanzati, raciocina assim: "Um bezerro vivo é mais nobre do que um bezerro de ouro, mas vale menos; quanto menos?"³⁹ Respondo: se um bezerro vivo fosse tão raro como um de ouro, teria um valor maior que o de um bezerro de ouro exatamente na mesma proporção em que a utilidade e a necessidade

39. Bernardo Davanzati Bostichi (1529-1606), erudito de Florença, tradutor famoso de Tácito, dedicou-se principalmente a estudos de economia e de história. Galiani cita aqui a obra *Lezione delle monete* [Lição sobre as moedas], (1582), incluída na *Raccolta di prose fiorentine* [Coletânea de prosas florentinas], (organizada por Tartini e Franchi, vol. IV, Firenze, 1729). Cfr. a nota I de Galiani à p. 355-356.

do primeiro é maior que a do segundo. Eles imaginam que o valor derive de um único princípio, e não de muitos que se juntam para formar uma razão composta. Outros dizem: "Uma libra de pão é mais útil que uma libra de ouro". Respondo: este é um vergonhoso paralogismo, e decorre de não se saber que mais útil e menos útil são termos relativos que se ajustam às diferentes condições das pessoas. Se se trata de alguém a quem falte o pão e o ouro, certamente o pão é mais útil; mas isso a própria experiência o comprova, pois não acontecerá que alguém morra de fome deixando o pão e pegando o ouro. Os que trabalham nas minas não esquecem nunca de comer e dormir, mas para alguém que já está saciado, há coisa mais inútil do que o pão? Melhor seria para ele satisfazer outras paixões. Por isso, esses metais são companheiros do luxo, ou seja, daquele estado em que as primeiras necessidades já foram satisfeitas.

Quando, então, Davanzati diz que "um ovo, estimado em meio grão de ouro, valia para salvar da fome o conde Ugolino,⁴⁰ preso na torre havia dez dias, para o que todo o ouro do mundo nada valia", ele se equivoca brutalmente ao confundir o valor que o ovo tem para quem não está morrendo de fome e as necessidades do conde Ugolino. Quem lhe disse que o conde não chegaria a pagar pelo ovo até mil grãos de ouro? O próprio Davanzati nos revela a evidência desse erro, logo em seguida, sem se dar conta, ao dizer: "Não há coisa mais asquerosa do que o rato, mas durante o cerco de Casilino foi vendido um pelo preço altíssimo de duzentos florins; e não foi caro, porque aquele que o vendeu, morreu de fome, e o outro se salvou".⁴¹ Eis que mais uma vez, graças a Deus, ele confessou que *caro* e *barato* são termos relativos.

40. Ugolino della Gherardesca, conde de Donoratico, senhor de Pisa pelo partido guelfo. Em 1288, foi capturado pelo arcebispo Ruggiero degli Ubaldini, por ocasião de uma insurreição gibelina. Preso numa torre, com dois filhos e dois netos, após alguns meses de cativeiro, foi deixado morrer de fome. O trágico episódio foi imortalizado por Dante na *Divina Comédia* (*Inferno*, XXXIII, 1-95).

41. Trata-se do cerco de Aníbal, em 216, devido ao qual Casilino, lugarejo perto de Cápua, se rendeu pela fome. As fontes desse relato, citadas pelo próprio Davanzati e transcritas em nota por Galiani, são: Plínio (*História natural*, VIII, 82, 222). Sexto Frontino (*Das coisas relativas aos estratagemas*, IV, 5, 20) e Valério Máximo (*Fatos e ditos memoráveis*, VII, 6, 3).

Por que as coisas mais úteis não são as de maior valor

Se alguém, então, se admirar de que são exatamente as coisas mais úteis as que têm pouco valor, enquanto que as menos úteis têm um valor maior, ou até exorbitante, deverá reparar também que este mundo, por maravilhosa providência, é de tal forma constituído para o nosso bem que, de modo geral, a utilidade nunca acompanha a raridade, mas ao contrário, quanto maior for a utilidade primária, maior será a abundância. E por essa razão o valor não poderá ser grande. As coisas que são necessárias ao nosso sustento estão espalhadas no mundo inteiro em tamanha profusão que, ou não têm valor, ou têm um valor muito pequeno. A partir dessa constatação não devemos, contudo, chegar a duvidar da nossa inteligência e a desprezar injustamente o que nós apreciamos, como muitos fazem; mas, longe disso, deveríamos ter sempre sentimentos de humildade e de agradecimento diante da mão benéfica de Deus e abençoá-la a todo instante; e são poucos os que o fazem.

Inoportuno desprezo dos filósofos

Talvez muitos filósofos me venham dizer que, embora seja verdade, como demonstrei, que o valor das gemas e das coisas raras se fundamenta na natureza humana, tal valorização não deixa de parecer-lhes absurda e um ledó engano. A esses respondo que não sei se vão encontrar coisa humana que tal não lhes pareça; e dessa opinião não pretendo dissuadi-los. Mas eu gostaria que o bom filósofo, que se libertou dos enganos terrenos e, como se tivesse superado a natureza humana, se ergueu tão acima dos outros a ponto de se divertir e rir de nós pobres mortais, quando, então, abandonasse esses pensamentos e voltasse cá embaixo, e se misturasse aos outros homens (pois a isso o obrigam as necessidades da vida), gostaria, digo, de vê-lo voltar como um homem comum, e não como um filósofo. Aquele escárnio, que ao filosofar lhe revigorava o espírito, agora que ele deve agir, pode perturbar suas ações e as dos outros. É melhor, então, que ele não externe os seus juízos. Ao reconhecer quão pouco o homem é superior aos animais, ele pode, se quiser, queixar-se perante seus pares – isso eu o admito –, mas não pode prejudicar os homens na tentativa de melhorá-los. Esta é uma tentativa vã.

Se na nossa religião os homens são guiados à perfeita virtude, se os nossos mestres são ajudados por um poder sobrenatural e divino, e se, entre nós, se vêem exemplos de altíssima perfeição, isso se deve à Graça celeste e não à natureza humana. Quem está de posse dessas armas, que venha, pois, nos aperfeiçoar, já que tem poder para isso; mas a filosofia não tem este alcance. Vimos já que os estóicos, ao quererem os homens perfeitamente virtuosos, os tornaram terrivelmente soberbos; outros, ao querê-los taciturnos e contemplativos, os tornaram glutões; outros ainda, ao querê-los pobres, os fizeram incrédulos; e Diógenes, ao querer purgá-los dos preconceitos, instituiu uma raça infame de cães.⁴² Deixem-nos, pois, viver em paz. Deixem que os metais e as gemas tenham o valor que têm, qualquer que seja ele. Que Horácio não grite mais:

Joguem no mar mais próximo
gemas e pedras preciosas, e também o inútil ouro,
causa dos piores males.⁴³

Se graças a esses objetos inúteis passamos, e não com pouca dificuldade, da vida selvagem, em que nos devorávamos uns aos outros, para a vida civilizada, em que vivemos em paz e comerciamos, cuidemos de não retornar agora, por causa de uma doutrina austera, àquela barbárie da qual felizmente escapamos por dádiva da Providência. Não se podem melhorar as idéias do comum dos homens além de certos limites; e, querendo fazê-lo a qualquer custo, rompe-se e perturba-se a ordem das coisas.

Desprezando, então, todas essas objeções, filhas de uma meditação imperfeita e superficial, deve-se concluir de vez que os objetos que proporcionam respeito aos homens, beleza às mulheres, encanto às crianças, são úteis e merecidamente preciosos. Deve-se inferir daí a consequência importantíssima de que o ouro e a prata têm valor como metal, antes de se tornarem moeda.

Falarei disso mais amplamente no capítulo seguinte. Agora, como estou tratando do valor de modo geral e já expliquei o que entendo por utilidade, passo a falar da raridade.

42. Os cínicos, do grego *kunikós*, "canino".

43. Horácio, *Odes*, III, 24, 47-50.

O que é raridade e os princípios que a regem

Chamo de *raridade* a relação que existe entre a quantidade de uma coisa e o uso que dela se faz. Chamo de uso tanto o consumo quanto o emprego de uma coisa, que impede que, enquanto alguém a estiver usando, possa ela satisfazer também os desejos de outros. Consideremos, por exemplo, cem quadros expostos para a venda: se um senhor comprar cinquenta, a raridade dos quadros quase dobrará, não porque eles não existam mais, mas porque cinquenta não estarão mais à venda, o que, de certa forma, significa estar fora de comércio. É verdade, contudo, que as coisas encarecem mais em caso de consumo do que quando elas saem de comércio, pois num caso se acabam todas as esperanças, no outro se permite que sejam avaliadas segundo a probabilidade, real, de que as coisas em uso e retidas retornem ao comércio. Isso merece muita reflexão.

A quantidade

Passando agora a falar da quantidade, digo que há duas categorias de bens. Quanto a uns, ela depende da maior ou menor abundância com que a natureza os produz; quanto a outros, exclusivamente do maior ou menor trabalho e esforço empregados na sua produção. A primeira categoria é formada por aqueles gêneros que se reproduzem em pouco tempo e que, ao ser consumidos, se extinguem, como os frutos da terra e os animais. Em relação a esses, com o mesmo trabalho, segundo as variações das estações, num ano pode-se fazer uma colheita quase oito ou dez vezes maior que a do ano anterior. Vê-se, então, que a abundância desses gêneros não depende da vontade humana, mas da disposição do clima e das forças naturais.

Na outra categoria, devem ser incluídos certos gêneros, como os minerais, as pedras, os mármore, que não são produzidos anualmente em quantidade variável, mas foram espalhados todos de uma vez no mundo inteiro, e cuja extração depende da nossa vontade; pois se mais pessoas forem empregadas, maior será a quantidade desses produtos que será extraída das entranhas da terra. Assim, querendo fazer cálculos com esta última categoria, deve-se computar tão-somente o trabalho de extração, uma vez que a quantidade material lhe é sempre correspon-

dente. Não é que eu não acredite que nos grandes laboratórios da natureza não se reproduzam novos metais e novas gemas; mas, sendo lentíssima essa produção, assim como sua destruição, não devem ser levadas em conta.

O trabalho ⁴⁴

Vou falar agora do trabalho, que é o único a conferir valor às coisas, não só em relação a todas as obras que são inteiramente produtos da arte, como as pinturas, esculturas, entalhes, etc., mas também em relação a muitos bens, como os minerais, as pedras, as plantas silvestres espontâneas, etc. No caso desses bens, a quantidade material não interfere no valor senão na medida em que pode aumentar ou diminuir o trabalho. Assim, se alguém perguntar por que nas margens de muitos rios, onde a areia está misturada ao ouro, vale mais o ouro do que a areia, pode-se-lhe responder que se ele quiser encher de areia um saco, pode fazê-lo tranquilamente em quinze minutos; mas se quiser enchê-lo de ouro, precisará de muitos anos para juntar os raríssimos grãosinhos de ouro que aquela areia contém.

Cálculo do trabalho

Para calcular o trabalho é preciso levar em consideração três coisas: o número de pessoas, o tempo e as diferentes remunerações das pessoas que trabalham. Falarei primeiro do número de pessoas. É certo que ninguém trabalha senão para viver e que não pode trabalhar se não estiver vivo. Portanto, se para a manufatura de um rolo de tecido, calculando desde a tosquia da lã até o momento em que o tecido é exposto na loja, é necessária a atividade de cinquenta pessoas, tal tecido terá um valor igual ao da lã mais a despesa do sustento desses cinquenta homens, pelo tempo de duração do trabalho. Se forem empregados vinte homens por um dia inteiro, dez por meio dia e vinte por três dias, o valor do tecido será igual ao

44. *Fatiga*, no original, não pode ser traduzida senão como trabalho, apesar de Marx, na sua *Contribuição à crítica da economia política*, ao se referir a Galiani, ter dito ser "caracteristicamente meridional designar o trabalho pela palavra fadiga". [N.d.T.]

sustento de um homem por oitenta e cinco dias; e desses dias, ganharão vinte os primeiros, cinco os segundos, sessenta os terceiros. Isso é evidente, supondo que essas pessoas tenham igual remuneração. Falemos agora do tempo.

O tempo. Qual é avaliado como necessário, qual não

Quanto ao tempo, não se deve calcular somente aquele durante o qual se está trabalhando, mas também o do repouso, pois o homem precisa alimentar-se também durante esse tempo. Isso vale, bem entendido, quando as interrupções do trabalho se devem à própria natureza da atividade ou são prescritas por lei, mas não são devidas à preguiça; a não ser que a preguiça seja tão generalizada numa nação que vigore em pé de igualdade com o costume e a lei. Assim, os feriados, entre aqueles povos que, observando-os, deixam de trabalhar, tornam as mercadorias mais caras que em outros lugares. Com efeito, supondo que um homem, trabalhando trezentos dias num ano, fabrique cem pares de sapatos, o valor deles corresponderá necessariamente à alimentação desse homem por um ano. E se um outro, trabalhando trezentos e sessenta dias, fabrica cento e vinte pares, ele venderá os seus um quinto a menos, não tendo necessidade de extrair de cento e vinte pares de sapatos um ganho diferente do que o primeiro extrai dos seus cem pares.

Além disso, há alguns trabalhos que, por natureza, não podem ser executados sem interrupção. São desse tipo as belas-artes, pois não acredito que possa existir algum escultor ou músico que trabalhe mais do que cem dias num ano. Exige-se muito tempo para encontrar trabalho, ir receber dinheiro, viajar e outras coisas mais, e por isso a sua atividade é, com razão, mais cara.

Por último, é preciso levar em consideração as diferentes idades com que o homem, conforme as várias profissões, pode começar a tirar proveito de seu trabalho. Por conseguinte, as artes e os estudos que exigem muito tempo de aprendizagem e requerem dos pais uma despesa muito grande, têm maior valor; da mesma forma que a madeira dos pinheiros e das nogueiras, pela demora com que essas árvores crescem, é bem mais cara que a do choupo e do ulmeiro.

Variação de preço da atividade humana e de onde ela deriva

Isso quanto ao tempo. Mas fazer um cálculo justo dos diferentes valores dos talentos humanos, dos quais deriva o preço diferenciado dos trabalhos, é algo bem mais complicado e muito menos conhecido. Direi o que penso, sem saber se existem outros que tenham a mesma opinião, já que não encontrei nenhum escritor que trate disso. Terei infinito prazer em ser contestado, com boas e honestas argumentações, por alguém que pense de modo diferente.

Julgo que o valor do talento de cada um deva ser calculado exatamente da mesma forma que o das coisas inanimadas, e que se fundamente sobre os mesmos princípios de raridade e utilidade, juntos. Os homens nascem predispostos pela Providência a profissões diferentes, mas numa proporção de raridade desigual, que corresponde com maravilhosa sabedoria às necessidades humanas. Assim, por exemplo, em mil homens, seiscentos são aptos unicamente à agricultura, trezentos inclinados às várias atividades de manufatura, cinquenta predispostos a ser bem sucedidos no grande comércio e cinquenta nos estudos e nas ciências. Ora, isso posto, o valor de um homem de letras comparado ao de um camponês estará na razão inversa do número acima, isto é, como 600 para 50, ou seja, é doze vezes maior. Não é, então, apenas a utilidade que condiciona o valor: como Deus dispõe que os homens que exercem profissões de primeira utilidade nasçam em grande número, o valor deles não pode ser grande, sendo eles quase o pão e o vinho dos homens; mas os doutos, os sábios, que são quase as pedras preciosas dos talentos, têm justamente um valor muito elevado.

Outras reflexões sobre o mesmo assunto

Considere-se, entretanto, que a raridade deve ser avaliada com base não na proporção em que nascem os homens de talento, mas conforme chegam à maturidade; de forma que, quanto maiores forem as dificuldades que um homem de talento encontra para alcançar altas posições dignas dele, maior será, então, o seu valor. Um generalíssimo, como foram o príncipe Eugênio e o marechal de Turenne,⁴⁵ tem um

45. O príncipe Eugênio de Sabóia (1663–1736). Henri de la Tour d' Auvergne, visconde de Turenne (1611–1675), famoso marechal francês.

valor imenso em comparação ao de um simples soldado, não porque a natureza produza tão poucos homens de engenho semelhantes a eles, mas porque são raríssimos os que, encontrando-se em tantas e tão afortunadas circunstâncias, possam exercer os seus talentos e tornar-se grandes capitães com as vitórias obtidas. Nisso a natureza procede como com as sementes das plantas, em relação às quais, como que prevenido uma perda considerável, produz e deixa cair no chão uma quantidade bem maior que o número das plantas que depois vingam. Uma planta, portanto, vale mais que a semente.

Meditando seriamente sobre esses sólidos princípios, como resplandece a justiça dos juízos humanos! Veremos que tudo é avaliado com medida. Constataremos que ninguém adquire riquezas senão como pagamento do justo valor de suas obras, embora ele possa doar essas riquezas para uma pessoa que não mereça adquiri-las. E, de fato, não há família nem homem algum que possa dizer ter riqueza que não seja obtida, ou por mérito próprio, ou por doação de quem a obteve por mérito. Tal doação, se for feita em vida, chama-se favor; se depois da morte, herança. Mas, seguindo o rastro das riquezas que alguém possui sem mérito próprio, descobrir-se-á, sem dúvida alguma, que elas foram adquiridas anteriormente por mérito perante os outros homens. E se é verdade que, muitas vezes, é preciso rastrear centenas de anos ou de gerações, ao final, porém, necessariamente se encontra tal ponto de partida.

Responde-se a todas as objeções

Já ouço alguém replicando que o mérito e a virtude muitas vezes não são premiados, que é loucura querer negar as freqüentes atrocidades da injustiça humana. Mas aqui me seja permitido alertar sobre o falso raciocínio quem estiver disposto a me ouvir. Em primeiro lugar, não se devem ter por virtuosas e sábias as profissões que, embora raras e muito difíceis, não sejam todavia aptas a produzir verdadeira utilidade ou prazer à maior parte dos homens, já que é esta utilidade, e não uns poucos homens, que determina os preços.

Em segundo lugar, deve-se pensar que, sendo o ser humano composto de virtudes e vícios, não se pode premiar as virtudes sem que, ao mesmo tempo, não se recompense o homem vicioso; mas nunca ocorreu que o

vício tenha engrandecido alguém. São os bons e úteis talentos os que elevam alguém, e só nesse caso os defeitos não o atrapalham. Mas é verdade também que, se não tivesse tais defeitos, alcançaria grandeza maior.

Em terceiro lugar, é preciso sempre levar em consideração que uma coisa é ter talento para conseguir um emprego, outra para saber exercê-lo bem. Os primeiros consistem exclusivamente na arte de agradar a quem dá o emprego, e são sempre os mesmos, quer se aspire a um cargo na advocacia, quer na milícia. Os talentos para saber administrar os empregos, ao contrário, são sempre diferentes, conforme as várias funções. Ora, raramente encontraremos alguém que tenha um emprego sem que tenha tido o talento necessário para consegui-lo. O que pode ocorrer, isto sim, é que, não tendo ao mesmo tempo a capacidade de obter o emprego e de administrá-lo bem, venha a ser censurado pela má atuação e a não ser reconhecido pelo seu mérito. Pois os homens só reconhecem o mérito de quem sabe exercer bem o emprego que tem; do outro, não cuidam, como se não fosse virtude, ou não exigisse esforço ou habilidade. Chamam, então, de injustiça o que, de certa forma, não o é. Como também não é o caso de considerar aqueles que obtêm alguma dignidade pelo favor de outros, que é uma doação entre vivos, ou pelo nascimento, que é uma herança.

Reconheço que ao tratar disso ultrapassei os limites da minha obra, mas como essa questão me pareceu útil e digna de ser discutida, não pude deixá-la de lado. Quer o meu leitor me perdoe, quer me culpe, serei feliz se ele concordar com as minhas opiniões. Receio, porém, que serão poucos os que concordarão comigo, visto que os homens, para proteger a si mesmos da acusação de não ter mérito, preferem acusar os outros de injustiça.

Conclusão do que foi dito

Já falamos muito a respeito dos princípios de onde deriva o valor, e já vimos que, sendo tais princípios certos, constantes, universais e assentados sobre a ordem e a natureza das coisas terrenas, nada entre nós é arbitrário e casual, mas tudo é ordem, harmonia e necessidade. Os valores são variáveis, mas não caprichosos. Em suas próprias variações há uma ordem e uma regra exata e imutável. São ideais, mas as nossas próprias idéias, que estão assentadas sobre necessidades e prazeres, isto é, sobre a constituição interna do homem, têm em si justiça e estabilidade.

Reflexões sobre a moda e o seu poder

Do que foi dito talvez se deva admitir uma única exceção: é o fato de que, às vezes, também a moda influi sobre o valor e sobre as nossas idéias. Quanto ao sentido dessa palavra, depois de ter meditado bastante, não consegui encontrar outra definição senão esta: *uma enfermidade do cérebro, própria das nações europeias, que faz que se menosprezem muitas coisas pelo simples fato de não serem novas*. Esta é uma doença do espírito, que domina não poucas coisas; e, ao querer encontrar alguma explicação lógica, é preciso dizer que essa variabilidade de gostos nasce em grande parte da imitação dos costumes das nações dominantes. E já que, seguindo o meu raciocínio, comecei a falar da moda, e que, para completar o assunto, é necessário definir os limites de seu domínio, fá-lo-ei aqui, para não ter de fazê-lo em momento menos oportuno.

O domínio da moda exerce-se exclusivamente sobre o belo e não sobre o útil, pois quando algo de maior utilidade e comodidade entra na moda, não falaria em moda, mas em melhoramento das artes ou das comodidades da vida. O belo tem duas classes: uma se funda sobre certas idéias que estão inscritas originariamente em nossa alma; outra é somente um hábito dos sentidos, que faz parecer belo o que não é. A moda estende seu poder unicamente sobre esta segunda classe, que é muito mais abrangente do que a primeira. Deduz-se disso que a beleza de algumas gemas, do ouro e da prata, deriva totalmente da compleição da nossa alma, uma vez que nunca e em parte alguma essas coisas estiveram sujeitas à moda, nem estarão algum dia. E, por isso, reconhece-se cada vez mais o seu grande e singular valor.

Ora, admitir o poder da moda em nada altera minhas observações anteriores, pois que ela só faz variar a utilidade das coisas, variando o prazer que se sente ao usá-las. Todo o resto permanece igual.

O valor das coisas únicas

Resta ainda falar do valor das coisas únicas e dos monopólios, quer dizer, daquelas coisas que não podem ser substituídas por outras, como seria a estátua de Vênus dos Médicis, ou daquelas que se tornam únicas por terem um único vendedor. Li muitas vezes, mesmo em autores dignos de crédito, que essas mercadorias têm valor infinito; entretanto, não

há termo mais impróprio do que este para tratar das coisas mortais. Talvez quisessem dizer indefinido, que também não é apropriado. Como todas as coisas humanas têm ordem e limites, assim penso eu, indefinido lhes é tão alheio quanto infinito. Essas coisas têm, então, a seguinte peculiaridade: seu preço corresponde sempre às necessidades ou aos desejos do comprador conjugados à avaliação do vendedor, que assim formam uma razão composta. Advém disso que o valor de uma coisa única, às vezes, pode ser igual a zero; e que, embora não seja universalmente o mesmo, ele está sempre sujeito a regras.

Dificuldade do cálculo do preço a priori

Depois das observações feitas até aqui, muitos poderiam achar que é fácil, baseando-se nelas, determinar o valor de todas as coisas; mas, se considerarem bem o que vou dizer agora, mudarão de opinião. Nós achamos que é difícilimo, e freqüentemente impossível, fazer esse cálculo a partir dos princípios dos quais deriva o valor, pois, como dizem os lógicos, seria um cálculo *a priori*. De fato, como a raridade e o valor dependem do consumo, assim o consumo se conforma e varia segundo o valor. E com essa concatenação o problema resulta indeterminado, como ocorre sempre que se trate de uma relação entre duas quantidades desconhecidas.

Concatenação entre o preço e o consumo, e como dependem reciprocamente um do outro

Que do preço tenham origem as oscilações do consumo, é evidente, se se repara que o homem não tem necessidade absoluta e contínua de nada mais além do ar que respira e da terra que o sustenta; ele tem necessidade de se alimentar, mas não de algum alimento em particular, preferível a outro. Ora, o ar e a terra não são raros nem têm valor algum; das outras coisas, algumas mais, outras menos, o homem pode-se abster, e, por conseguinte, cada um deseja as coisas unicamente em proporção ao esforço e ao trabalho que requer sua aquisição. Assim, o que vale menos se consome mais de bom grado, e o consumo se regula pelo preço, que deriva da raridade.

Como o consumo encarece o preço, e como o preço alto diminui o consumo

Por outro lado, os preços regulam-se pelo consumo. Se, por exemplo, num lugar onde se consomem cinquenta mil tonéis de vinho, que equivalem à inteira produção, chegar de repente um exército, o preço do vinho vai subir, porque se passou a beber mais. Embora isso possa parecer um círculo vicioso, um nó inextricável, tal dificuldade poderá ser superada se se pensar no que eu disse antes: que a raridade e a abundância de muitos gêneros muda de repente por causa externa, não em virtude da intervenção do homem, mas dos caprichos das estações. No caso desses gêneros, o preço acompanha a raridade; e como os homens possuem riquezas desiguais, a compra de certos bens corresponde sempre a um certo nível de riquezas. Se esses bens diminuïrem de preço, também quem é menos rico passa a adquiri-los; se subirem de preço, mesmo quem antes costumava adquiri-los, deixa de fazê-lo. E isso é comprovado muito claramente pela seguinte constatação.

No Reino de Nápoles, quando a colheita é boa, consomem-se cerca de quinze milhões de túmolos de trigo por ano.⁴⁶ Sabe-se pela experiência que, embora em certos anos de fertilidade excepcional se chegasse a colher até seis ou sete milhões de túmolos acima do ordinário, no entanto, desse excedente, nunca se exportou mais de um milhão e meio; nem o que se guardou foi muito mais que isso. Pelo contrário, nos anos de pouca produtividade, é certo que não se colheu mais de oito milhões; e, mesmo assim, nunca foi importado mais de um milhão, nem o que havíamos guardado dos anos anteriores chegava a dois milhões; mas isso bastou para não morrermos de fome. A razão disso é que, nos anos de abundância, se come, se consome e se semeia muito mais trigo; nas calamidades, menos. Como se vê, os limites do consumo são dados mais pelo preço que pela quantidade dos túmolos, de forma que é correto dizer o seguinte: o Reino consome a cada ano treze milhões de ducados em trigo, quer que com essa quantia se possam comprar quinze, quer tão-somente dez milhões de túmolos.⁴⁷

46. Cfr. a nota VI de Galiani à p. 359-360.

47. Cfr. a nota VII de Galiani à p. 360-361.

De onde nasce a variação, dada essa concatenação

Quanto aos gêneros que não dependem da variabilidade das colheitas, a variação da raridade não tem outra causa extrínseca senão a moda. Mas os metais preciosos e as gemas, por sua suprema beleza, não estão sujeitos aos seus caprichos, nem à variabilidade das colheitas; e por isso o seu preço é mais constante do que todos os outros. Podem, contudo, estar sujeitos à variabilidade da extração no caso da descoberta de minas mais ricas, como ocorreu por ocasião da descoberta da América. Aconteceu assim que seu valor diminuiu e, por isso, cresceu o uso; mas esse fato, por sua vez, impediu que o valor baixasse tanto quanto a abundância o exigia. E dessa concatenação nasce o grande e tão útil efeito do equilíbrio do conjunto. Esse equilíbrio favorece maravilhosamente a justa abundância das comodidades da vida e a felicidade terrena, embora não derive da prudência humana ou da virtude, mas do estímulo vil ao sórdido lucro. Pois a Providência, por seu amor infinito aos homens, forjou a ordem de todas as coisas de tal forma que, freqüentemente, as nossas paixões mais mesquinhas, quase à nossa revelia, servem ao bem comum.

Explica-se como o consumo está concatenado ao preço e o preço ao consumo

Ora, cabe aqui demonstrar como isso ocorre. Suponhamos que um país de religião e de costumes muçulmanos adote, de repente, a fé e os hábitos cristãos; e que haja nesse país pouquíssimas videiras plantadas, pois aos muçulmanos é proibido tomar vinho, e eu parto da suposição de que eles obedeciam a essa lei. Eis que, de súbito, o uso dessa bebida passa a ser permitido. Assim, sendo pequena a produção, a raridade encarece o vinho. Os comerciantes começam a comprá-lo de fora em grande quantidade; mas logo, como todos querem ter participação em ganhos tão altos, novas vinhas serão plantadas, e muito vinho estrangeiro será importado. Dessa forma, como todos querem lucrar bastante, todos lucrarão na justa medida, e retorna o equilíbrio anterior, conforme a natureza intrínseca das coisas. Ocorre muitas vezes também que muitas pessoas, atraídas pelas notícias dos primeiros exemplos, se dirigem apressadamente mas tarde demais a esse ramo de atividade; o número delas, então, cresce tanto que o valor diminui abaixo do que é justo. E desse modo, sofrendo cada um as conse-

quências de sua imprudência, começam todos a se retirar, e volta-se novamente ao número justo.

Disso tiram-se duas grandes conclusões. Primeiro, que para todas as coisas não se devem levar em conta as primeiras oscilações, mas os estados fixos e permanentes. Neles encontramos sempre ordem e uniformidade, do mesmo modo que, ao se mexer num vaso com água, após certa oscilação inconstante e irregular, o nível dela sempre volta ao normal. Segundo, que na natureza não há força alguma que mova as coisas ao infinito; mas existe em todas uma certa força de gravidade moral que as afasta sempre da linha reta infinita, conduzindo-as num círculo perpétuo mas finito.

Isso que estou dizendo o aplicarei também mil vezes à moeda. Que os leitores, então, o guardem bem na memória e se convençam de que as leis do comércio correspondem com tamanha exatidão às leis da gravidade e dos fluidos mais que qualquer outra coisa. O que na física é a lei da gravidade, no homem é o desejo de ganhar, ou seja, de viver feliz. Isto posto, todas as leis físicas dos corpos podem perfeitamente ser verificadas na nossa vida moral por quem souber meditar a esse respeito.

CAPÍTULO III

Demonstra-se que os metais têm valor muito mais pelo uso a que se prestam como metais do que como moeda. Dois cálculos que confirmam essa verdade

Desde que comecei a escrever esta obra, raras vezes aconteceu que, meditando comigo mesmo, não sentisse raiva dos homens, e respeito e gratidão para com o Autor do universo. Os homens me irritam, principalmente aqueles que se julgam sábios, porque eles, ora confundindo os nossos erros com as avisadas disposições da Providência, ora culpando a ela mesma, e convencidos do próprio mérito, alardeiam a injustiça e a desordem de tudo o que acontece. Inventaram os nomes de sorte, fado e destino para encobrir a sua pouca fé. Eu, pelo contrário, abençoô a Mão Suprema todas as vezes que contemplo a ordem com que tudo é constituído para a nossa utilidade.

*Dificuldade de conhecer o preço justo das coisas.
Superação dessa dificuldade pela coletividade*

Descendo às coisas particulares, surpreende-me a exatidão com que se atribui o valor a todas as coisas; e surpreende-me ainda mais quando reconheço a dificuldade que existiria se fosse um único homem a calculá-lo e a estabelecer o preço. Que matemático pode saber o valor de uma libra de ouro, isto é, de uma mercadoria que vem lá da América? Por essa mercadoria trabalham milhares e milhares de homens, todos em regiões dife-

rentes, mais ou menos férteis, onde o valor dos víveres é diferente, diferente a população e a riqueza. Alguns empregam o trabalho de um dia, outros de um mês, outros empregam um tempo igual não por uma, mas por cem ou mil libras. A distribuição dos talentos em tantas pessoas diferentes é extremamente desigual. Em relação à venda, então, com tamanha multidão de compradores, que variam nos gostos, nas necessidades, na riqueza, que são em número diferente nos vários países, e que estão distantes, alguns mais, outros menos do mercado principal, quem sabe encontrar a medida justa? Acrescentem a isso os impostos dos príncipes, o câmbio dos mercadores, as fraudes, os contrabandos e, por fim, o número quase infinito dos perigos e das perdas, desiguais tanto nas probabilidades quanto no montante dos prejuízos. Entretanto, o preço de uma coisa deve ser o resultado de todas essas variáveis. E se um homem sozinho se assombra e recua, a coletividade, que tem interesse nisso, sabe encontrá-lo, pois uma multidão de ignorantes, em se tratando dos próprios interesses, sabe muito mais do que um único sábio.

E que essa gente não erre, e o preço corrente seja realmente o justo, podemos demonstrá-lo pelo seguinte. Se todas as pessoas que se dedicam ao comércio do ouro vivem e se nutrem, se as pessoas ativas enriquecem e as negligentes, justamente punidas por sua culpa, empobrecem, isso significa que cada um guardou para si o ganho justo e ninguém prejudicou seus semelhantes. De outro modo, se uma classe de homens perdesse continuamente, passaria a execrar essa atividade e a abandonaria, e a circulação de todas as mercadorias pararia, como pára um relógio quando lhe falta um único dente numa roda. E se uma outra classe enriquecesse em demasia, rapidamente o número dos que abandonariam os negócios menos lucrativos para dirigir-se a este novo, aumentaria tanto que o ganho momentâneo obtido anteriormente diminuiria, e voltaria ao nível justo.

Demonstra-se que o valor dos metais não nasce primeiramente de sua utilização como moeda

Não se pode, então, conhecer com certeza o justo valor do ouro senão procurando saber quanto ele vale normalmente em relação a todas as outras mercadorias. Mas precisarei, sem me afastar dos princípios que fixei no capítulo precedente, ocupar-me um pouco mais do valor dos metais e de

monstrar outra verdade extremamente importante, a de que os metais, quer em relação à utilização, quer em relação ao seu desgaste, têm um valor muito maior como metal do que como moeda; de modo que se deve concluir que eles são utilizados como moeda porque têm valor, e não que tenham valor por serem utilizados como moeda. Tal conclusão me ajuda a fixar em bases sólidas o valor intrínseco sobre o qual se edifica toda a verdade desta ciência. Mostrarei, portanto, quanta desproporção há entre o metal que é utilizado como moeda e o que não é; e ficará patente que os princípios pelos quais se forma o valor nascem muito mais deste que não é utilizado como moeda que daquele. Para fazer isso, é necessário um cálculo aritmético.

Cálculo da prata existente em Nápoles

Penso eu que só no nosso reino se encontrem vinte e seis milhões de ducados de prata (omito o ouro para maior facilidade de cálculo). Uso a palavra *ducado* como peso, sendo notório que quinze ducados e seis décimos equivalem a uma nossa libra de prata pura. Podia fazer o cálculo em libras, mas é sempre melhor fazer uso de palavras mais conhecidas e de noções mais claras. Minha opinião baseia-se no seguinte.

Em Nápoles, cidade riquíssima em metais, todas as igrejas são particularmente repletas de prata. O tesouro da Capela de San Gennaro tem mais de cem mil ducados de prata, muitas igrejas ultrapassam os sessenta mil, e cinco ou seis pelo menos têm acima de quarenta mil; mas se pode fazer o cálculo apenas dos utensílios mais necessários, como os cálices, as pátenas, os incensórios, etc., para ter uma idéia da sua grande quantidade. Existem em Nápoles trezentos e quatro igrejas, e mais de cento e dez capelas, irmandades e congregações, todas muito bem paramentadas; nelas podemos contar mais de dois mil altares ricamente adornados. Por tudo isso, ousaria dizer que em Nápoles se encontram ao todo três milhões de ducados de prata destinados ao fausto religioso. Nas casas particulares, se eu disser que se encontram cinco milhões, talvez erre mais por falta do que por excesso, porque é inacreditável como o luxo tornou comuns os relógios, as tabaqueiras, os punhos das espadas e das bengalas, os talheres, as taças e os pratinhos de prata. Acrescente-se a isso o fato de que os napolitanos, que nos costumes se assemelham quase em tudo aos antigos

espanhóis, têm um prazer particular em manter seus cofres, que eles chamam de *scrittori* e *scarabattoli*,⁴⁸ repletos de antigos artefatos de prata. Por tudo isso, acredito não ter errado nas minhas suposições, e quem quiser verificá-las, basta que vá ver as coisas penhoradas nos nossos bancos e nas casas de penhores, e ficará convencido. Na casa de penhores, considerando tão-somente os penhores menores, são guardados pequenos adornos e jóias por um valor superior a quatrocentos mil ducados, dentre os quais deve haver, pelo menos, cinqüenta mil ducados de prata. Em conclusão, há em Nápoles oito milhões de prata não cunhada.

O Reino, então, contém uma população oito vezes maior que a da capital, que hoje deve chegar a trezentos e quarenta mil habitantes. De fato, ele é muitíssimo mais pobre, mas deve-se ter em conta que tudo o que está disperso parece em menor quantidade do que se estivesse reunido. Certamente as igrejas do Reino são em número trinta vezes maior do que as de Nápoles, e entre elas há muitos santuários famosos, muitos mosteiros riquíssimos, muitas catedrais ilustres repletas de prata; e nem se pode imaginar a riqueza de muitas capelas que foram construídas nos lugares mais pobres do Reino. Além disso, muitas cidades, cujo número de habitantes diminuiu muito, ficaram com um número tão grande de lugares sagrados que se tornaram semelhantes às antigas cidades da Tebaida, em que só havia eremitas e virgens. Não se deve estranhar, portanto, se eu disser que há seis milhões de prata nos lugares sagrados do Reino e seis só com os leigos, de forma que se pode concluir que há no Reino vinte milhões de prata não cunhada.

Em relação à moeda, a quantidade parece-me bastante conhecida. Sabe-se que o marquês do Carpio,⁴⁹ na ocasião da refundição geral de toda a moeda de prata, cunhou 352.388 libras de prata, que correspondem a 5.604.309 ducados. Ora, não há dúvida de que, embora em nossos dias o luxo tenha aumentado além da medida, no entanto, a quantidade da moeda de prata, ou é igual, ou é até menor do que antes. Isso porque o uso da moeda

48. Escrivatinhas e armarinhos para objetos de valor.

49. Gaspar de Haro, marquês do Carpio, vice-rei de Nápoles de 1683 a 1687. Morreu no último ano do exercício de seu cargo, deixando grande lembrança de si pelos decretos que visavam melhorar a ordem pública e pela luta contra o banditismo.

de ouro cresceu infinitamente, os papéis-moeda são mais numerosos e, enfim, porque é a velocidade de circulação do dinheiro, e não a quantidade dos metais, que faz com que o dinheiro pareça muito ou pouco. É que atualmente a prata seja pouca, pode-se inferir observando que nos bancos de Nápoles, que emitem com toda a certeza três milhões de papéis, só ficam guardados quatrocentos mil ducados. Nem deveria constituir dificuldade para ninguém o fato de termos continuado, do marquês do Carpio em diante, a cunhar moeda de prata, chegando a dezessete milhões de ducados ao todo. Com efeito, todos podem ver que os ducados do marquês do Carpio já não existem mais, e muitas das moedas, mesmo das mais novas, foram derretidas, saíram do Reino ou se perderam, de forma que não se pode dizer de modo algum que a quantidade de moeda seja igual à que foi cunhada, mas muito menos.

Esse é o cálculo que fui capaz de fazer, a partir do qual, refletindo, cheguei a descobrir muitas coisas.

Reflexão sobre os cálculos políticos e a sua inexatidão

Os cálculos da aritmética política constituem, sem dúvida, um perigo e são fonte de graves enganos, porque quase todos são feitos sem a base de informações seguras e de um conhecimento adequado dos princípios; e somente os príncipes, se se ocupassem desses nobres estudos, poderiam, com sua autoridade, confirmar os fatos e as experiências. Tais erros se introduzem muito mais facilmente quando a paixão dirige a mente, não para encontrar a verdade, mas para encontrar razões que confirmem o que já, sem real fundamento, gostávamos de acreditar. Exemplo lastimável disso foi o cavaleiro inglês William Petty,⁵⁰ que, em seu engenhoso tratado *Aritmética Política*, demonstrou brilhantemente com seus cálculos muitas coisas bem pouco verdadeiras, tendo-se proposto como finalidade última não a verdade mas a glória da sua nação, cujos méritos, aliás, não precisavam ser engrandecidos até ao ridículo por suposições tão descabidas.

Esse exemplo tão funesto demonstra que as conclusões a que cheguei deverão continuar válidas mesmo que eu tenha errado de dois ou três mi-

50. Sir William Petty (1623-1687), famoso economista e homem político inglês.

lhões, pois, certamente, não há como errar mais do que isso. Em primeiro lugar, deve resultar claro que, sendo a quantidade de prata não cunhada quatro vezes maior do que a prata cunhada, pelo exposto no capítulo anterior, o valor da prata depende quatro vezes mais da sua utilidade como metal que da sua utilidade como moeda; não fosse assim, ou não se cavariam mais minas, caso um país já tivesse moeda suficiente para o comércio, ou o preço da moeda se alteraria em grande velocidade. De fato, como não se pode negar que o volume da nossa prata, em meio século, aumentou pelo menos de cinco milhões e que, no entanto, o seu valor não diminuiu pela metade, mas muito menos, deve-se concluir que o luxo a devorou e engoliu, e, por isso, o valor dela não se alterou apesar de ter continuado a entrar no Reino.

Conclusões do cálculo feito antes

Se é bem verdade que a quantidade do metal usado mas não consumido é muito maior que a da moeda, é também verdade que o desgaste do metal não cunhado é bem maior que o da moeda. E isso constitui um novo e mais forte argumento para convencer os que porventura duvidassem ainda de que o ouro e a prata tenham valor mais pelo uso que se faz deles como metais de luxo do que como moeda.

Querendo tratar disso mais detalhadamente, lembro que os nossos carlinos, em cinqüenta anos, se desgastaram de nove por cento; os doze e treze granos, cerca de sete por cento; as outras moedas maiores, de quatro ou dois ou um por cento. Portanto, pode-se afirmar que em média toda a massa das moedas de prata se desgastou de quatro por cento; e esse cálculo se aproxima da verdade mais por excesso do que por falta. De cinco milhões de moedas, então, foram destruídos duzentos mil ducados. Vejamos agora os utensílios.

Não há dúvida de que, enquanto as moedas são guardadas com todo o cuidado para que não se desgastem, o mesmo não ocorre com os utensílios. Os pratinhos, os talheres, as taças e outros jarros de mesa, os punhos das bengalas e das espadas, as fivelas, os botões, as tabaqueiras, ao serem lavados e limpos, com o esfregar e a manipulação contínua, desgastam-se muito mais do que as moedas. E ainda que neste meio século não tivessem tido um desgaste maior do que quatro por cento, devem ser avaliados, no entanto, em oitocentos mil ducados. Mas se se considerar o tanto que é usado nas prateaduras

prateaduras da madeira e do cobre e nas falsas douraduras, que são feitas todas de prata, há como duvidar ainda que, em cinqüenta anos, o reino inteiro não tenha gasto mais do que trezentos mil ducados? E o tanto que pelo nosso luxo desmedido se dissipa em vestidos, galões, tecidos e bordados, é possível que não chegue a setecentos mil ducados? Deixo de mencionar outros tantos modos de dissipação; e, mesmo em relação aos já ditos, é evidente que, enquanto desapareceram duzentos mil ducados em moeda, da prata restante se consumiram acima de dois milhões. Vê-se, então, que o preço da prata depende dez vezes mais do seu uso como mercadoria do que como moeda.

Um cálculo semelhante pode ser feito com o ouro, e chega-se à mesma conclusão. E se alguém não estivesse ainda persuadido disso, poderá convencer-se observando os metais de baixo valor que são usados na fabricação da moeda. Veria que em todas as nações só se empregam para tal uso as mercadorias úteis; as inúteis, como as pedras e os pedaços de couro, não podem ser utilizadas. Portanto, os homens não apreciaram os metais porque pensavam em usá-los como moeda; mas pensaram em usá-los como moeda porque tinham valor e utilidade. Não foi uma escolha livre e arbitrária, mas foi necessidade, decorrente ao mesmo tempo da própria natureza dos metais e dos requisitos da moeda. Disso trataremos mais minuciosamente no próximo capítulo.

Menção a outro cálculo mais abrangente e, portanto, menos seguro

Para chegar ao que acabei de demonstrar, podia-se fazer um outro cálculo, através do qual ficasse evidente a quantidade imensa de ouro e de prata que, de dois séculos a esta parte, o luxo tem aniquilado. Este cálculo, como é mais abrangente, está sujeito a erros muito maiores; no entanto, gostaria de mostrá-lo rapidamente.

Para saber quanta prata foi trazida para cá das Novas Índias, basta saber que Dom Gaspar de Escalona⁵¹ afirma, com conhecimento de cau-

51. Gaspar de Escalona y Agüero (?-1659), jurisconsulto equatoriano, autor do *Arcae Limensis gazophilatium regium Perubicum. I. Administrandum. II. Calculandum. III. Conservandum* [Tesouro real peruano da caixa-forte de Lima. I. Para ser administrado. II. Calculado. III. Conservado]. (Madrid, 1647).

sa, que de 1574, quando foi descoberto Potosi, até 1638, foram extraídos daquela montanha 395.619.000 pesos de prata. O peso equivale a cerca de doze dos nossos carlinos. Se isso se deu em sessenta e quatro anos, em cento e doze anos, isto é, de 1638 a 1750, ano em que estamos, mesmo que a mina tenha empobrecido bastante, não há dúvida de que se chegou a extrair pelo menos outro tanto, que ao todo daria mais que oitocentos e sessenta milhões de ducados. E se alguém afirmasse que, de toda a América – onde, além de Potosi, se encontram as minas riquíssimas de Copiapó no Chile e as da Argentina, e onde também o México, a Tierra Firme e o Brasil têm bastante prata – se extraiu somente o dobro do que rendem as minas de Potosi, certamente ficaria muito aquém da verdade. Então, somando tudo, a América, desde o descobrimento até hoje, nos deu muito mais que dois mil e quinhentos milhões de prata. Acrescentem a isso todo o metal que, juntado e extraído por tantos séculos, foi encontrado na mão dos índios. E ainda, voltando de novo à Europa, considerem toda a prata que havia antes de Cristóvão Colombo, que certamente era suficiente para a moeda e para um luxo não insignificante. Acrescentem a isso toda a prata que se extraiu das minas depois. E embora seja falso o que afirma Stahl,⁵² isto é, que as minas em quatrocentos anos renderam quarenta bilhões de libras de prata, colocando portanto a Alemanha antes da América, no entanto, já que ainda hoje é vantajoso explorar essas minas, é de crer que sempre foram ricas.

Por isso, dou por certo que, em dois séculos e meio, havia na Europa quatro bilhões de ducados de prata; e acredito também que agora não deva haver muito mais de um bilhão e meio; e não chegam a um bilhão os que foram mandados para o Oriente. Todo o restante foi devorado, absorvido e destruído pelo luxo. Para aumentar a quantidade de moeda, certamente não têm sido empregados mais de trezentos milhões, e isso é muito pouco em relação ao todo. Esse cálculo, em cuja exatidão, para dizer a verdade, sei que não se deve confiar muito, vale para confirmar uma verdade já conhecida. E sobre isso não vou acrescentar mais nada.

52. Georg Ernst Stahl (1660–1734), o cientista alemão que estudou a composição dos metais, defendendo a tese de que os átomos são diferentes uns dos outros e têm qualidades intrínsecas especiais.